

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2019/2020**



TII

**A INFLUÊNCIA DO TERRORISMO NAS OPERAÇÕES DE
MANUTENÇÃO DA PAZ**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA OU DA GC.**

**David Carpio Sánchez
MAJOR DA *GUARDIA CIVIL* (ESP)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A INFLUÊNCIA DO TERRORISMO NAS OPERAÇÕES
DE MANUTENÇÃO DA PAZ**

MAJ DA *GUARDIA CIVIL* (ESP) David Carpio Sánchez

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2020



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A INFLUÊNCIA DO TERRORISMO NAS OPERAÇÕES
DE MANUTENÇÃO DA PAZ

MAJ DA *GUARDIA CIVIL* (ESP) David Carpio Sánchez

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: Tenente-Coronel da GNR Mário José Machado Guedelha

Coorientador: Tenente-Coronel da GNR José Manuel Brito Sousa

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **David Carpio Sánchez**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A Influência do Terrorismo nas Operações de Manutenção da Paz**”, corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/2020** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **08 de maio de 2020**

MAJ GC David Carpio Sánchez



Agradecimentos

À minha mulher Sara e à pequena Carmen, pelo tempo que deixei de desfrutar com elas na vida em família, e por me facilitarem, em grande medida, o desafio que representa a realização deste curso em Portugal.

Ao Tenente-Coronel da GC Jesus Gayoso Rey, *alma mater* desta investigação, pela orientação neste trabalho, compreensão, paciência e por todas as contribuições e experiências transmitidas. Obrigado por compartilhar seu profissionalismo e dom de Comando e, acima de tudo, por ser uma boa pessoa. Onde quer que esteja que descanse em paz. *Siempre GAR!!!*

Ao Capitão-de-mar-e-guerra Luís Daniel Carona Jimenez, Diretor do Curso de Estado Maior Conjunto, pela sua constante preocupação, apoio e empatia com os alunos do curso, e sobretudo pelo seu espírito de camaradagem. Muito obrigado, meu Comandante!

A todos os auditores do Curso de Estado-Maior 2019/2020 sem exceção, pela ajuda prestada, pela camaradagem e porque permitiram que leve no coração companheiros e amigos portugueses para Espanha.

Aos Tenentes Coronéis da GNR Mário Guedelha e José Brito Sousa, orientador e coorientador, pelos seus conselhos, permanente apoio e ajuda na realização deste trabalho, permitindo levar comigo a amizade e camaradagem de dois excepcionais Oficiais e companheiros do Corpo irmão, Guarda Nacional Republicana.

A todos os Oficiais da GC e do Exército Português que participaram no questionário, pela paciência e disponibilidade demonstradas, profissionalismo e pelos contributos, patentes nos seus conhecimentos, opiniões e sugestões, contribuindo de forma inextinguível para a obtenção dos objetivos formulados neste trabalho.

Para concluir, a todos aqueles que, com a sua ajuda, tornaram possível a realização deste trabalho e não estão previamente referenciados.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento teórico e concetual.....	5
2.1. As Operações de Paz	5
2.2. Classificação das Operações de Paz e funções a realizar	6
2.3. O <i>status</i> jurídico das Operações de Manutenção da Paz	7
2.4. Síntese conclusiva	8
3. Estratégia Nacional de Segurança Espanhola face à ameaça do terrorismo <i>jihadista</i>	9
3.1. Defesa e Segurança	9
3.2. A ameaça <i>jihadista</i>	10
3.3. Espanha perante a ameaça <i>jihadista</i>	11
3.4. Síntese conclusiva	11
4. Participação militar na estabilização de áreas atingidas pelo terrorismo	12
4.1. Características dos cenários da ação terrorista <i>jihadista</i>	12
4.2. Características das ações terroristas contra as Forças Militares em Operações de Manutenção da Paz.....	13
4.3. Elementos do Setor de Segurança	15
4.4. Síntese conclusiva	16
5. Informações no apoio à Força Militar Destacada.....	17
5.1. Informações de apoio a Operações de Manutenção da Paz.....	17
5.2. Informações e Contrainurgência.....	18
5.3. Contrainformações e Operações de Informações.....	19
5.4. Síntese conclusiva	21
6. A <i>Guardia Civil</i> na luta contra o terrorismo <i>jihadista</i>	22
6.1. A <i>Guardia Civil</i> no Afeganistão, paradigma da reforma do setor de segurança em cenário de terrorismo <i>jihadista</i>	22
6.2. Ações terroristas e medidas de <i>Force Protection</i>	23
6.3. Instrução e treino em cenários com atividade terrorista.....	24
6.4. Síntese conclusiva	26
7. Conclusões.....	27
Referências bibliográficas	32



Índice de Apêndices

Apêndice A — Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B — Identificação dos entrevistados.....	Apd B-1
Apêndice C — Problemáticas e dimensões utilizadas na entrevista	Apd C-1
Apêndice D — Guião da entrevista.....	Apd D-1
Apêndice E — Análises de entrevistas.....	Apd E-1
Apêndice F — Infografia das missões internacionais das Forças Armadas espanholas	Apd F-1
Apêndice G — Ciclo das Informações nas Operações Contrainsurgência	Apd G-1
Apêndice H — Análise da participação da <i>Guardia Civil</i> no Afeganistão	Apd H-1
Apêndice I — As Táticas, Técnicas e Procedimentos dos insurgentes no Afeganistão	Apd I-1
Apêndice J — Informações desdobrável das Forças Armadas espanholas.....	Apd J-1
Apêndice K — Formação e treino da <i>Guardia Civil</i> prévio ao deslocamento.....	Apd K-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Espectro de atividades de paz e segurança.....	7
Figura 2 – Objetivos gerais e domínios de SN	9
Figura 3 – Perceção das ameaças para Espanha	10
Figura 4 – Objetivos da ação <i>jihadista</i>	12
Figura 5 – Estratégia indireta do terrorismo na perspetiva dos objetivos.....	13
Figura 6 – Linhas lógicas de operações de informações para uma COIN.....	19
Figura 7 – Esquema do processo genérico de gestão de riscos	23
Figura 8 – Infografia das missões internacionais das FFAA espanholas	Apd F-1
Figura 9 – Ciclo das Informações.....	Apd G-1
Figura 10 – Esquema de emboscada em L	Apd I-2
Figura 11 – Esquema de emboscada linear	Apd I-3
Figura 12 – Esquema de emboscada linear com marcadores	Apd I-3



Resumo

Esta investigação pretende caracterizar as ações terroristas desencadeadas contra as Forças Militares (FM) em Operações de Manutenção da Paz (OMP), e descrever as medidas de informações (*intelligence*) e *Force Protection* (FP) que podem ser implementadas para prevenir, mitigar e combater estas ações.

Para tal, foi desenhada uma estratégia de investigação qualitativa, baseada nas publicações doutrinárias e de distintos autores, assim como na realização de entrevistas a Oficiais da *Guardia Civil* (GC) e dos Exércitos Espanhol e Português, abrangendo diferentes perspetivas e experiências sobre a participação na estabilização e a Reforma do Sector da Segurança (RSS) do Afeganistão.

Os resultados obtidos mostram a necessidade de uma formação e treino prévio ao deslocamento, a importância que as informações proporcionam à atividade operacional dos militares da GC e das Forças Armadas (FFAA) destacados, quando estes atuam em missões de FP ou de resposta às ações terroristas num cenário de OMP.

Assim, as propostas para minimizar a influência da ameaça do terrorismo nas OMP referem-se aos procedimentos a aplicar, em matéria de informações, quer internamente nas unidades nacionais da Força, quer a nível das próprias Organizações Internacionais (OI), assim como nos aspetos de FP e formação e treino prévio dos militares a destacar.

Palavras-chave

Forças Militares Destacadas, *Guardia Civil*, Informações, Operações de Manutenção da Paz, Terrorismo.



Abstract

This investigation aims to characterize the terrorist actions unleashed against the Military Forces in Peacekeeping Operations (PKO), and describe the information (intelligence) and Force Protection (FP) measures that can be implemented to prevent, mitigate and combat these actions.

To this end, a qualitative research strategy was designed, based on doctrinal publications and by different authors, as well as interviews with Officers of the Guardia Civil (GC) and Spanish and Portuguese Armies, covering different perspectives and experiences on participation in stabilization and the Reform of Security Sector of Afghanistan.

The results obtained show the need for pre-deployment training and formation, the importance that intelligence provides to the operational activity of the GC and the Armed Forces deployed, when they are on FP or terrorist response missions in a PKO scenario.

Thus, the proposals to minimize the influence of the threat of terrorism in the PKO refer to the information procedures to be applied, both internally in the national force units and at the level of the international organizations (OI) themselves as well as the aspects of FP and training and prior be deployed.

Keywords

Civil Guard, Intelligence, Military forces deployed, Peacekeeping operations, Terrorism.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AG Assembleia Geral das Nações Unidas

ANA *Afghan National Army*

ANP *Afghan National Police*

C

CAE *Centro de Adiestramientos Especiales*

CEMD Chefe do Estado-Maior da Defesa

CI Comunidade Internacional

CIFAS Centro de Informações das Forças Armadas espanholas

CNU Carta das Nações Unidas

COIN Contrainsurgência

CSF Carta de São Francisco

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DN Defesa Nacional

E

EA Estados de Alerta

ENID Elemento Nacional de Informações Desdobrável

ESN Estratégia de Segurança Nacional

EUA Estados Unidos da América

EUFOR *European Union Force*

EUNAVFOR *European Union Naval Force*

EUNAVFORMED *European Union Naval Force - Mediterranean*

EUPOL *European Union Police*

EUROGENDFOR Força de Gendarmeria Europeia

EUTM *European Union Training Mission*

F

FFAA Forças Armadas

FFSS Forças e Serviços de Segurança

FM Forças Militares

FMD Forças Militares Destacadas

FP *Force Protection*



G

GC	<i>Guardia Civil</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana

I

IED	<i>Improvised Explosive Device</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>

N

NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NIC	Células Nacionais de Informações
NTM-A	<i>NATO Training Mission-Afghanistan</i>

O

OE	Objetivo(s) Específico(s)
OG	Objetivo Geral
OI	Organizações Internacionais
OMP	Operações de Manutenção da Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Operações de Paz
OPLAN	<i>Operation Plan</i>

P

PAT	<i>Police Advisor Team</i>
PKO	<i>Peacekeeping Operations</i>
PM	Polícia Militar
POMLT	<i>Police Operational Mentor and Liaison Teams</i>
PRT	<i>Provincial Reconstruction Team</i>

Q

QC	Questão Central
QD	Questão(ões) Derivada(s)

R

ROE	Regras de Empenhamento
RS	<i>Resolute Support</i>
RSS	Reforma do Setor de Segurança

S

SDN	Sociedade das Nações
SECI	<i>Secretaría de Cooperación Intenacional</i>



SIGC	Serviço de Informações da <i>Guardia Civil</i>
SIFAS	Sistema de Informações das Forças Armadas
SN	Segurança Nacional
T	
TCCC	<i>Tactical Combat Casualty Care</i>
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
U	
UAR	<i>Unidad de Acción Rápida</i>
UE	União Europeia
V	
VOIED	<i>Victim Operated Improvised Explosive Device</i>



1. Introdução

As FFAA são as instituições a quem incumbe, principalmente, a responsabilidade das OMP para a estabilização dos países onde atua a insurgência de raiz *jihadista*. No entanto, há muitos anos que a GC, tal como a Guarda Nacional Republicana (GNR), fornecem as suas capacidades policiais e tornam-nas forças distintivas no Teatro de Operações (TO), nomeadamente em missões policiais, investigação criminal, controlo de distúrbios, manutenção de ordem pública e Polícia Militar (PM), bem como a formação e aconselhamento às Forças e Serviços de Segurança (FFSS) locais.

No quarto capítulo da Estratégia de Segurança Nacional (ESN) espanhola, que trata as ameaças para a Segurança Nacional (SN), identificam-se, “as ameaças que comprometem ou minam a SN” (ESN, 2017). Merece especial destaque a ameaça do terrorismo *jihadista*, um dos principais problemas de segurança mundial na atualidade, que de novo mostrou os seus efeitos devastadores em Espanha, em agosto de 2017.

A GC, enquanto FFSS de carácter militar, cuja missão fundamental, nos termos do artigo 104.1 da Constituição é “proteger o livre exercício dos direitos, as liberdades fundamentais e garantir a segurança dos cidadãos” (Constituição espanhola, 1978, p. 21), não é alheia ao flagelo terrorista, dentro e fora do Território Nacional (TN).

Perante o problema das ações terroristas contra as Forças Militares Destacadas¹ (FMD) em ambientes de OMP, considera-se necessário estudar este argumento, dado que um melhor entendimento do fenómeno pode contribuir para a adoção de medidas e ações que minimizem os efeitos do terrorismo nestas Operações.

O tema do presente trabalho insere-se no âmbito das Ciências Militares, designadamente e de forma transversal em três das cinco áreas de investigação, Estudos das Crises e dos Conflitos Armados, Operações Militares² e Estudos de Segurança Interna e Fenómenos Criminais (Ministério de Defesa Nacional, 2015).

O objeto da investigação deste trabalho são as ações terroristas contra as FM em OMP. Embora existam inúmeros estudos e trabalhos sobre o fenómeno do terrorismo, durante a revisão do estado da arte não foi constatada a existência de nenhuma investigação focada nas OMP, sendo este estudo revestido de uma pertinente singularidade.

A investigação está delimitada no âmbito da própria GC, ainda que, complementarmente, serão avaliadas as lições aprendidas e boas práticas identificadas nas FFAA espanholas e de outros Estados-membros da *North Atlantic Treaty Organization*

¹ Engloba as FFAA e a GC.

² Alínea e) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (Ministério de Defesa Nacional, 2015).



(NATO). Relativamente ao conteúdo, considera-se a definição de terrorismo da NATO³, numa OMP estabelecida com uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU).

No que respeita à delimitação temporal e espacial da investigação, esta enquadra-se no Afeganistão, no período⁴ compreendido entre 2002 e 2015. O Afeganistão foi escolhido como um estudo de caso, já que é um cenário que sofre há muito tempo a luta entre um governo débil, em fase de construção da democracia, que não chega de forma eficaz a todos os cantos do país. Além disso, a insurreição talibã pretende controlar, mais uma vez, o território para restabelecer um Emirado Islâmico que acolhe, como anteriormente, organizações terroristas de cariz transacional.

O Objetivo Geral (OG) deste estudo é, caracterizar as ações terroristas desencadeadas contra as FM em OMP, descrevendo as medidas de Informações e de FP que podem ser adotadas e implementadas para prevenir, mitigar e combater essas ações.

A fim de conseguir cumprir com o OG da investigação, é necessário atingir os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE 1 Analisar o *status* jurídico das OMP;

OE 2 Analisar a ESN espanhola no que diz respeito o terrorismo *jihadista*;

OE 3 Analisar o cenário de participação militar na estabilização do Afeganistão, enquanto Estado onde a insurgência de caráter *jihadista* atua;

OE 4 Analisar o contributo das Informações militares no âmbito das FMD, como forma de prevenir e combater ações terroristas;

OE 5 Analisar a formação e treino da GC para o desempenho de missões de prevenção e combate ao terrorismo no âmbito das OMP.

O problema de investigação é um elemento central, porque, de alguma forma, dele derivam todos os outros elementos constituintes do processo, designadamente, a formulação da Questão Central (QC) e das respetivas Questões Derivadas (QD), consideradas elementos chave deste processo (IUM, 2019, p. 49).

Assim, como QC definiu-se a seguinte: como se caracterizam as ações terroristas que são desencadeadas contra as FM em OMP no Afeganistão e que medidas de Informações e de FP têm sido adotadas para prevenir, mitigar e combater essas ações?

³ Define-se como "o uso ilegal ou ameaçado do uso da força ou violência contra indivíduos ou propriedade em uma tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para alcançar objetivos políticos, religiosos ou ideológicos" (NATO, 2013).

⁴ Neste período 102 militares espanhóis faleceram, dos quais 3 eram *Guardias Civis*.



A partir do OG e dos respetivos OE, atendendo à QC, foram elencadas as seguintes QD:

QD 1 Como está definido o regime jurídico que caracteriza as OMP?

QD 2 Como se caracteriza a ESN perante o fenómeno do terrorismo *jihadista*?

QD 3 Quais são as características das ações terroristas contra as FMD e como contribuem as FMD na Reforma do Setor de Segurança?

QD 4 Como se caracterizam os contributos das Informações para apoiar a ação das FMD?

QD 5 Como se caracteriza a formação e treino da GC nas missões de prevenção e combate ao terrorismo em OMP?

A investigação persegue um posicionamento epistemológico interpretativista. Neste caso, não só verificar se existem implicações operacionais sobre como reduzir as ações do terrorismo sobre os militares que atuam em OMP, mas também interpretar os seus significados subjetivos e perceber como a realidade molda e é moldada pelas ações dos terroristas. (IUM, 2019, pp. 19–20).

Os dados da investigação serão analisados indutivamente, na medida em que se desenvolvem conceções e se chega à compreensão dos fenómenos a partir dos padrões neles encontrados (IUM, 2019).

O caminho metodológico selecionado apoia-se numa estratégia qualitativa. O objetivo é alcançar um entendimento profundo do terrorismo para definir uma série de propostas a adotar baseadas nas respetivas conclusões (IUM, 2019).

Relativamente ao desenho de pesquisa, este estudo consubstancia-se num *Estudo de Caso*, uma vez que se pretende recolher a informação particular sobre o terrorismo no interior de um contexto específico como é a atuação das FMD na OMP no Afeganistão (IUM, 2019).

Terminada a fase exploratória, na qual é elaborado o modelo de análise (Apêndice A) e esclarecidas as técnicas para a recolha e tratamento dos dados⁵ e os procedimentos para a análise e interpretação dos resultados, dar-se-á início à fase de análise, com a construção da base teórica, empregando a pesquisa bibliográfica.

No segundo capítulo efetua-se uma abordagem teórica às Operações de Paz (OP), à sua classificação, ao *status* jurídico, assim como às características das mesmas.

⁵ Vid Apêndice C, Problemáticas e dimensões utilizadas na entrevista.



Seguidamente, no terceiro capítulo, complementa-se o marco teórico com as especificidades da ESN espanhola face à ameaça do terrorismo *jihadista*.

No capítulo 4, aborda-se a participação militar no Afeganistão, estudando as características do cenário, analisando as características das ações terroristas contra as FM e categorizando os elementos da RSS.

Posteriormente, no capítulo 5 avalia-se as Informações no apoio à FMD, apreciando as Informações de apoio às OMP, valorizando estas Informações na luta da Contrainsurgência (COIN), assim como as contrainformações e as Operações de Informações.

No capítulo 6 é analisada a participação da GC no Afeganistão, como paradigma da RSS em cenário de terrorismo *jihadista*, e as medidas de FP, valorizando a instrução e treino da GC em cenários com atividade terrorista.

No Apêndice E apresentam-se as análises completas das entrevistas⁶ realizadas aos diversos Oficiais⁷ que participaram na missão do Afeganistão no período objeto deste estudo, ou que estão envolvidos no desenvolvimento normativo para o pessoal da GC que participa em OMP. Assim, por forma a complementar o estudo realizado em cada um dos capítulos apresentam-se os dados mais relevantes obtidos nas perguntas relacionadas.

Finalmente, apresentam-se umas conclusões finais da investigação, assim como as limitações encontradas no decorrer do estudo e as propostas resultantes da análise das experiências do pessoal deslocado neste TO e da investigação.

⁶ Vid Apêndice D, Guião da entrevista.

⁷ Vid Apêndice B, Identificação dos entrevistados.



2. Enquadramento teórico e concetual

2.1. As Operações de Paz

O interesse e a preocupação pela manutenção da paz a nível internacional foram uma constante no âmbito da política internacional do século passado. Esta preocupação já se refletiu, em 1945, na Carta de São Francisco⁸ (CSF) e, anteriormente, na Convenção da Sociedade das Nações⁹ (SDN). No caso da SDN, não foi capaz de atingir esse objetivo devido, entre outros aspetos, ao facto de não ter a possibilidade de aplicar medidas coercivas àqueles Estados que puseram em perigo a paz e a segurança internacionais (Manrique de Luna Barrios, 2013, p. 21).

O fracasso da SDN fez com que a Carta das Nações Unidas (CNU) se dotasse de ferramentas para garantir a segurança coletiva¹⁰, sendo (Carrillo Salcedo, 1993):

- A autorização do uso da força em caso de legítima defesa individual ou coletiva;
- A possibilidade de impor medidas coercivas a Estados que ameaçam a paz e a segurança internacional;
- O dever dos Estados-membros de cumprirem as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
- A possibilidade de dispor de efetivos para poder aplicar as referidas medidas.
- A criação de um Estado-Maior Conjunto e a atribuição de um papel às OI para a manutenção da paz e a segurança internacionais.

As OMP não estão definidas na CSF, mas é verdade que fazem parte do regime internacional de segurança e provêm das atribuições conferidas à Assembleia Geral das Nações Unidas (AG) e ao CSNU pela CSF, os quais desempenharam as suas funções perante as situações necessárias à sua implementação (Manrique de Luna Barrios, 2013, p. 43).

Devido a esta falta de definição expressa na CNU, foram muitas as aceções estabelecidas ao longo do tempo. De entre todas elas, de acordo com o autor deste estudo, a mais completa é a dada pela *International Peace Academy* (1978, p. 22), onde se definem as OMP como “prevenção, contenção, moderação e cessação das hostilidades entre ou dentro de Estados, através da intervenção pacífica de uma terceira parte organizada e dirigida

⁸ A CSF criou a ONU. Entre os objetivos da Carta podem destacar-se: a resolução pacífica de conflitos, a proteção e a promoção dos direitos humanos, bem como a manutenção da paz e segurança internacionais.

⁹ Organismo internacional criado pelo Tratado de Versalhes, em 28 de junho de 1919. O seu objetivo foi estabelecer as bases para a paz e a reorganização das relações internacionais, uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial. Foi a primeira organização desse tipo da história, antecedente da ONU (Morán Blanco, 2017, p. 22)

¹⁰ Segundo o Capítulo VII da CNU: ação em caso de ameaça à paz, violação da paz ou agressão.



internacionalmente, utilizando Forças multinacionais de soldados, policiais e civis para restabelecer e manter a paz”.

As OMP têm sido, desde seu início, lideradas e organizadas pela ONU. No entanto, atualmente, o número de Operações que são planejadas e organizadas por outras OI¹¹ tem vindo a aumentar. As funções e tarefas confiadas às OMP são muito variadas e foram sendo desenvolvidas com intuito de dar resposta às necessidades de cada momento.

2.2. Classificação das Operações de Paz e funções a realizar

A própria evolução e resultados das Operações gerou uma crise e subsequente paralisia nas Missões de Paz em meados dos anos 90, consequência de importantes fracassos como as intervenções iniciais nos Balcãs, na Somália e no desastre de Ruanda, em 1994 (Díaz Barrado, 2007). A partir destas experiências efetuou-se uma revisão conceptual das Missões de Paz, começando pela própria denominação, ficando a designação “Manutenção da Paz” principalmente para as Operações em que havia consentimento das partes para o deslocamento, bem como uma paz para manter (DPKO, 2008, p. 17).

Denominações como as descritas a seguir, foram consideradas adequadas para se referirem a todas as missões gerais (DPKO, 2008, p. 18):

1. Diplomacia preventiva: ação empreendida para evitar o surgimento de disputas entre partes ou que, as já existentes, possam conduzir a um conflito;
2. Estabelecimento da Paz: ação destinada a conseguir que as partes hostis ou em conflito cheguem a um acordo, geralmente através de medidas pacíficas;
3. Manutenção da Paz: consiste na presença da ONU ou de Forças Multinacionais no terreno, com o consentimento das partes em conflito e com a presença de pessoal militar, de polícia e civil;
4. Consolidação da Paz: aceitação de medidas complementares. Estas medidas podem incluir a desmilitarização, o controlo das armas ligeiras, as reformas institucionais, a formação da polícia e do sistema judicial, a vigilância dos direitos humanos e a reforma eleitoral;
5. Imposição de Paz: são o último recurso a empregar. As ações levadas a cabo incluem o uso das FFAA para manter ou restaurar a paz, em situações em que o CSNU determine a existência de uma ameaça para a paz, violação da paz ou ato de agressão.

¹¹ Segundo o Capítulo VIII da CNU.



Figura 1 - Espectro de atividades de paz e segurança

Fonte: Adaptado a partir de Palacián (2012).

2.3. O *status* jurídico das Operações de Manutenção da Paz

É possível distinguir as diferentes OP através da sua base jurídica na CNU¹². Enquanto a diplomacia preventiva, o estabelecimento da paz e a consolidação da paz são meios de entendimento pacífico interpretáveis, segundo o Capítulo VI da CNU, a imposição da paz corresponde ao Capítulo VII pelo uso da força. A manutenção da paz encontra-se numa posição intermédia, com características próprias que foram aceites tanto pelos diferentes órgãos da ONU, como pelos seus Estados-membros (Naciones Unidas, 1995).

Estes princípios jurídicos são (UNED, 2003):

- O consentimento e cooperação das partes: são os elementos que distinguem as OMP de outras possíveis medidas tomadas no âmbito da ONU. A obrigatoriedade do consentimento é entendida na perspectiva de que as OMP são modos pacíficos de resolução de litígios, no qual robustece um princípio básico de liberdade de escolha dos meios.

- Objeto político claro e mandato preciso sujeito a revisão periódica: segundo Fernández Sánchez (1998), o mandato, que deve ser preciso, costuma ser recolhido no documento (resolução do CSNU, ou da AG) que dá origem à Operação.

- Uso limitado da força: devido à necessidade de consentimento, a Operação deve limitar o uso da força já que são forças de interposição que colaboram para que as partes em conflito resolvam as suas diferenças por meios pacíficos.

- Mecanismos eficazes de Comando: devido à multiplicação de funções, a grande variedade de pessoal e a regionalização das Operações. O Secretário-Geral da ONU, ou o seu Representante Especial¹³, coordena as atividades desenvolvidas.

¹² Cada missão insere-se numa fase diferente do conflito, dando lugar a um programa de tratamento do conflito.

¹³ É a pessoa que, em nome do Secretário-Geral, está no terreno dirigindo a Operação.



Dos resultados da entrevista, relevamos que a maioria dos entrevistados considera que nas Operações lideradas pela NATO, as atividades encontravam-se documentadas, no entanto, para Operações não lideradas pela NATO, o regime jurídico era muito limitado (a modo de exemplo a missão no Mali ou RCA). Consideram, ainda, que é necessário que todos os militares conheçam as Regras de Empenhamento (ROE) e que estas não se adequam a situações que possam implicar vulnerabilidade nas Forças atuantes (por exemplo, ataques em que os terroristas utilizam crianças como escudos humanos).

2.4. Síntese conclusiva

As OP tornaram-se um instrumento para assumir a responsabilidade da Comunidade Internacional (CI) para zelar pela paz e segurança. É um instrumento que cresceu ao longo do tempo sobre a premissa fundamental de resolver os conflitos de forma pacífica.

As OMP são um tipo de OP caracterizadas pela interposição de Forças Multinacionais, que atuam como um elemento imparcial e utilizam a força, apenas em caso de autodefesa, ate à resolução pacífica do conflito.

Uma vez concluído este capítulo relativo à regulamentação das OMP, verifica-se que o OE1 foi alcançado, uma vez que foram analisadas as especificações dos normativos que regem as OMP, considerando-se respondida a QD1, garantida que está a definição do regime jurídico que caracteriza as OMP.

No seguimento da análise das OMP, segue-se, no próximo capítulo, a análise aos mecanismos da ESN espanhola perante o terrorismo *jihadista*.



3. Estratégia Nacional de Segurança Espanhola face à ameaça do terrorismo jihadista

A análise da ESN (2017) perante a ameaça *jihadista* é fundamental para compreender a realidade da resposta em Espanha. Neste documento identifica-se o terrorismo como uma das principais ameaças à SN.



Figura 2 - Objetivos gerais e domínios de SN

Fonte: Adaptado a partir de ESN (2017).

3.1. Defesa e Segurança

Devido a transformação internacional, ao fim do bloco soviético e à “globalização”, surgiram novas ameaças e riscos à paz e segurança internacionais, nomeadamente, o terrorismo internacional, implicando que os conceitos de segurança e defesa evoluíssem paralelamente (ESN, 2017).

Ao falar de segurança, a definição mais exata a julgar pelo autor, é a que resulta da atual Lei n.º 36/2015 de SN, “a segurança constitui a base sobre a qual uma sociedade pode desenvolver-se, preservar a sua liberdade e a prosperidade dos seus cidadãos e garantir a estabilidade e o bom funcionamento das suas instituições”.

Em relação à defesa, seu objetivo é “fazer frente aos conflitos armados que se podem produzir como consequência tanto da defesa dos interesses ou valores exclusivamente



nacionais – nos quais se interviria de maneira individual–, como da defesa dos interesses ou valores partilhados em virtude da nossa pertença as OI tais como a ONU, a NATO ou a União Europeia (UE), que interviriam em conformidade com os seus tratados constitutivos juntamente com outros parceiros ou aliados” (ESN, 2017).

3.2. A ameaça jihadista

O terrorismo *jihadista* refere-se a grupos organizados, células isoladas ou “lobos solitários¹⁴” que se declaram fundamentalistas, que cometem ações indiscriminadas e violentas, com o propósito de coagir uma população ou um governo, a fim de conseguir uma ordenação política da sociedade fundamentalista islâmica (Moliner González, 2015, p. 8).

Pela posição geográfica e pela frequente difusão por parte de grupos *jihadistas* de que a Espanha faz parte dos territórios do Islão e, principalmente, pelo facto de Espanha já ter sido objeto de gravíssimos atentados *jihadistas*¹⁵ e tentativas de realizar outros que foram desmantelados¹⁶, confirma-se que Espanha é alvo deste terrorismo.

Perante a ameaça do terrorismo *jihadista*, a perceção dos espanhóis relativamente à mesma alterou-se de forma significativa como demonstra o último inquérito¹⁷ do *Real Instituto Elcano* (2016, pp. 2-22), onde 58% dos entrevistados apontam o terrorismo *jihadista* como seu maior receio¹⁸.



Figura 3 - Perceção das ameaças para Espanha

Fonte: Adaptado a partir de Barómetro *Real Instituto Elcano* (2016).

¹⁴ São indivíduos que realizam ações terroristas sem o apoio exterior (Jordán, 2011).

¹⁵ Os atentados de 2004 saldaram-se com 191 pessoas mortas e mais de 2000 feridas. Por sua vez, os atentados de 2017 causaram 17 mortos e cerca de 140 feridos.

¹⁶ Por exemplo, em 8 de abril de 2015 foram detidas onze pessoas na Catalunha acusadas de fazer parte de uma rede *jihadista* encarregada de captar e recrutar combatentes a fim de integrá-los no *Daesh* e com o propósito de cometer atentados Espanha, entre outros (Navarro, 2015).

¹⁷ Realizada de 10 a 23 de novembro de 2015 e apresentada em janeiro de 2016. O *Real Instituto Elcano* de Estudos Internacionais e Estratégicos é um centro de pensamento e estudos, fundado em 2001, com sede em Madrid (Real Instituto Elcano, 2016a).

¹⁸ Esta perceção terá sido alterada, em grande medida, perante a pandemia da COVID-19, que está assolando o mundo atualmente.



3.3. Espanha perante a ameaça jihadista

O terrorismo *jihadista* constitui uma ameaça para a Espanha pelo que “melhorar as capacidades de investigação e de informação, assegurar o desenvolvimento tecnológico dos Serviços de Informações, para fazer face à utilização intensiva das novas tecnologias pelos grupos terroristas e impedir o acesso às capacidades e materiais necessários para cometer atentados¹⁹” é uma linha prioritária da ação (ESN, 2017).

Através da política de Defesa Nacional (DN) que estabelece a ESN de 2017, as FFAA são implantadas e, com elas a GC, em cenários distantes que formam as áreas de atenção estratégica preferencial para a Espanha: o Mediterrâneo, o Médio Oriente, o Sahel, o Golfo da Guiné e o Corno de África, sendo estas ao mesmo tempo áreas de interesse para a luta contra o terrorismo *jihadista* e a imigração irregular (Vid Apêndice F, Infografia das missões internacionais das FFAA espanholas).

Salientamos, dos resultados dos trabalhos de campo, que os entrevistados manifestam que a ESN está alinhada e satisfaz as necessidades da luta contra o terrorismo *jihadista*, tanto no nível nacional, como no nível internacional.

Por parte dos entrevistados portugueses, ressalta a questão da partilha e fusão das Informações -tanto no âmbito das FFSS como nas FFAA- como aspetos a melhorar.

3.4. Síntese conclusiva

A posição geoestratégica de Espanha confere-lhe uma identidade europeia, atlântica e mediterrânica, que o obriga a ser um membro relevante e fiável das OI.

Com a ESN de 2017, Espanha possui um documento de carácter estratégico que compreende todos os fatores e ameaças que afetam a SN. Assim, a ESN permite caracterizar o atual ambiente de segurança global, num ambiente mais complexo e volátil, onde se observa um aumento da incerteza associada aos conflitos assimétricos como é o próprio terrorismo *jihadista*.

Atendendo ao referido, uma vez que se analisaram as características da ESN espanhola e a posição de Espanha perante o terrorismo, considera-se que foi respondida a QD2, alcançando-se o OE2. Uma vez analisada a ESN, segue-se o estudo da participação militar no Afeganistão.

¹⁹ Tradução do autor de “mejorar las capacidades de investigación e información, garantizar el desarrollo tecnológico de los servicios de inteligencia para hacer frente al uso intensivo de las nuevas tecnologías por parte de los grupos terroristas e impedir el acceso a las capacidades y materiales necesarios para cometer atentados”.



4. Participação militar na estabilização de áreas atingidas pelo terrorismo

Partindo da base que não existe uma definição de terrorismo aceite por todos os membros da ONU²⁰, observa-se a complexidade do terrorismo *jihadista*.

4.1. Características do cenário de estudo da ação terrorista

Para Luparelli Mathieu (2007), da análise dos cenários de conflito onde a ação *jihadista* atua, como é o caso do Afeganistão, podem-se identificar as seguintes características:

1. Possui uma população de maioria muçulmana;
2. Existe um destacamento de organizações *jihadistas* operacionais com vontade de se associar a redes de dimensão internacional²¹;
3. Apresentam atividade *jihadista* organizada para desestabilizar o *status quo*. Além disso, há que distinguir-se que se trata de um cenário de dimensão local ou internacional.

Na dimensão local, prevalece a presença de organizações *jihadistas* que prosseguem o objetivo da constituição de um Estado Islâmico e utilizam a estratégia de desestabilização do *statu quo* local.

Na dimensão internacional, predomina a presença de organizações *jihadistas* que perseguem a constituição de uma *Umma*²² Islâmica e utilizam a estratégia de desestabilização do *statu quo* internacional.

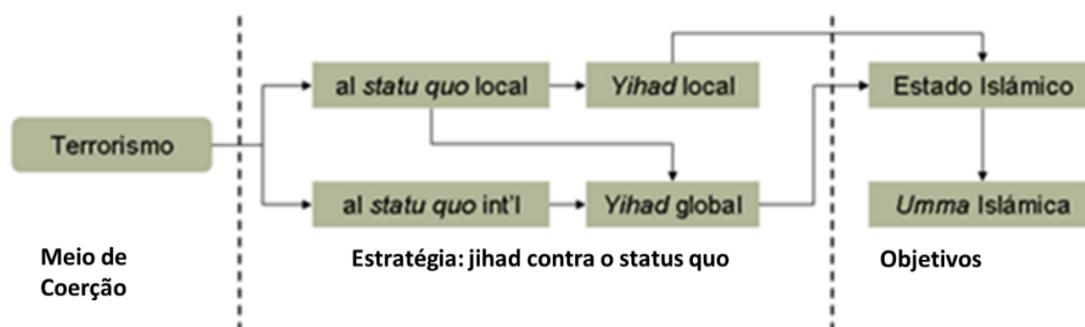


Figura 4 - Objetivos da ação jihadista

Fonte: Adaptado a partir de Luparelli Mathieu (2007).

Nas novas insurgências, o caráter internacional é a característica principal, especialmente naquelas que são inspiradas pelo *jihadismo*. Os movimentos *jihadistas* que lutam em cenários de insurgência, cooperam entre si quando partilham interesses. Muitas vezes conflituam e brutalmente e aliam-se uns contra os outros. Outra característica é o

²⁰ Repertoriou mais de 140 definições do terrorismo.

²¹ Um exemplo seria *Daesh* e *Al-Qaeda*.

²² Comunidade dos crentes do Islão.



crecente fluxo de *ihadistas* que, depois de lutar num cenário, marcham para outro novo, compartilham lições aprendidas, treinam-se juntos, apoiam-se logística e financeiramente (Jordán Enamorado, 2008).

Por vezes, a violência *ihadista* é seletiva nas suas vítimas diretas (as indiretas são a audiência que pretende aterrorizar) e, noutros casos, é indiscriminada para provocar uma enorme mortandade (Hoffman, 1999).

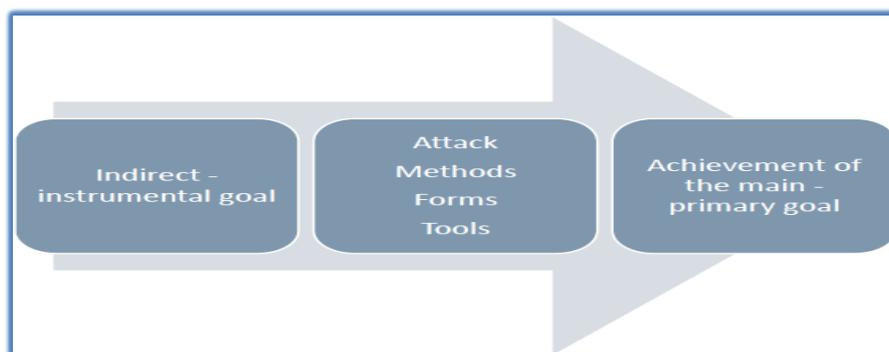


Figura 5 - Estratégia indireta do terrorismo na perspetiva dos objetivos

Fonte: Disponível em Stelmach (2017).

O terrorismo também é praticado contra alvos militares e, num contexto de conflito armado, se os ataques tiverem como finalidade condicionar os comportamentos políticos de audiências mais amplas, através do impacto psicológico resultante de tais ações, como aconteceu no Afeganistão, no período em estudo (Stelmach, 2017).

Geralmente, as organizações *ihadistas* são atraídas para os pontos onde as FM de qualquer coligação são destacadas, especialmente se forem lideradas pelos Estados Unidos da América (EUA). De igual modo, um cenário pode ser interessante para os *ihadistas* em função da sua localização geopolítica (Luparelli Mathieu, 2007).

4.2. Características das ações terroristas contra as Forças Militares em Operações de Manutenção da Paz

Segundo o manual norte-americano de COIN, o termo insurgência é "uma luta político-militar organizada e prolongada destinada a enfraquecer o controlo e a legitimidade de um governo estabelecido, uma potência ocupante ou outra autoridade política, enquanto aumenta o controlo dos insurgentes²³" (Headquarters Department of the Army & Headquarters Marine Corps Combat Development Command Department of the Navy, 2006, p. 1).

²³ Tradução do autor de "an organized, protracted politic-military struggle designed to weaken the control and legitimacy of an established government, occupying power, or other political authority while increasing insurgent control".



O caráter transnacional dessas novas redes insurgentes complementa-se com a globalização das células dispostas a cometer atentados terroristas no interior dos países de maioria muçulmana e nos Estados ocidentais. Deste modo, a capacidade de projeção de força das novas insurgências é significativamente intimidatória (Argumosa, 2015).

O modelo teórico da *netwar* (Guerra em rede), ajuda a compreender o modo como os insurgentes operam atualmente e como o continuarão a fazer no futuro (Lister, 2016).

Em termos de organização, a *netwar* refere-se a um conflito onde pelo menos um dos lados contendentes é composto por grupos que se coordenam, comunicam e realizam as suas ações de uma forma interligada e perseguindo um interesse comum, ainda que cada um deles possua agendas com objetivos diferenciados. Os insurgentes operam muitas vezes deste modo, sem uma hierarquia compartilhada e sem uma única cabeça que planeie e dirija as suas atividades. Ocorre assim uma situação de centralização estratégica (ter claro quem é o inimigo e como atacá-lo) e descentralização tática (atuando cada grupo à sua maneira, embora com um certo grau de colaboração com os demais) que multiplica as oportunidades das diversas fações e dificulta a sua neutralização (Arquilla & Ronfeldt, 2001).

Por outro lado, a complexidade interna dos atores insurgentes combina-se com a presença e variedade de outro tipo de atores armados neste tipo de cenários. De modo que nem sempre é fácil delimitar com clareza os dois lados, o da insurgência e o da COIN (o Estado e as Forças estrangeiras que o apoiam) (Pozo Serrano, 2007, pp. 55-67).

Os talibãs representam a principal força de combate dos *pashtunes*²⁴, o que explica o apoio social que recebem nas áreas onde esta etnia é predominante.

A estratégia da insurgência talibã baseia-se em ataques maciços sobre bases das FFAA e FFSS afegãs e de igual modo, realizam ataques pontuais sobre instalações governamentais e da CI²⁵ (Laboire, 2016). Com estes ataques, os talibãs procuram vários objetivos: enfraquecer as FFAA e FFSS afegãs para garantir maior liberdade de ação, dificultar a governabilidade, mantendo o país mergulhado num clima de insegurança generalizada, ajudar a expulsar as Forças da coligação enfraquecendo a presença ocidental com uma “guerra de desgaste”, e ainda, ganhar poder e crédito entre todas as forças da oposição ao

²⁴ Grupo etnolinguístico de língua iraniana oriental. Existem populações localizadas basicamente no leste e sul do Afeganistão e nas províncias paquistanesas da fronteira Noroeste. Tradicionalmente sunitas, têm um sentimento étnico e tribal muito mais inflamado que o do nacionalismo afegão, sendo seus líderes mais fundamentalistas (Fuente, 2000).

²⁵ A título de exemplo, no dia 11 de dezembro de 2015, foi atacada a embaixada de Espanha em Cabul, provocando a morte de dois polícias nacionais espanhóis.
Obtido de: <http://www.lavanguardia.com/politica/20151212/30757768043/atentado-embajada-kabul.html>



regime afegão, a fim de se colocar nas melhores condições para ser opção ao poder (De la Corte e Hristova, 2016).

4.3. Elementos do Setor de Segurança

É formado pelas pessoas, grupos e organismos envolvidos na segurança da nação e da sua população. Pedra angular de um governo legítimo e endossa um Estado viável no tempo. Em geral, é formado pelos seguintes elementos (Mando de Adiestramiento y Doctrina, 2013):

- Administrações públicas responsáveis da gestão da segurança e Justiça: Ministérios da Defesa, dos Assuntos Internos, dos Negócios Estrangeiros e sistema de Justiça;
- FFSS, FFAA, corpos de polícia, agências de Informações, corpos de vigilância de costas e fronteiras;
- FFSS não estatais: milícias, grupos paramilitares, companhias de segurança, etc.

Todo este processo, que se denomina RSS, é mais complicado quanto maior é a fragilidade inicial do Estado, sendo nos Estados falhados²⁶, onde a CI deve envolver-se com maior esforço e durante prolongados períodos de tempo (Villatoro López, 2015).

A contribuição militar da CI desempenha o seu papel fundamental na reforma da administração da defesa e das FFAA do país a assistir. Por outro lado, em relação às FFSS e ao sistema judicial, a sua missão reduz-se ao apoio aos atores civis. No entanto, há diferentes atividades que podem ser realizadas em apoio à RSS, nomeadamente (Mando de Adiestramiento y Doctrina, 2013):

- O desarmamento, desmobilização e reintegração das FFSS, insurgência e grupos armados;
- A proteção, escolta e transporte do pessoal desmobilizado;
- O aconselhamento e apoio no desenvolvimento dos organismos de segurança;
- A seleção e recrutamento de pessoal para as novas FFSS;
- A atribuição e controlo de equipamento e infraestruturas;
- A instrução e treino, supervisão e transferência de responsabilidade.

Assim, através da RSS, onde os Estados são fracos ou praticamente desapareceram, é necessário dispor de meios e recursos humanos suficientes, incluindo Forças policiais, desde o início da fase de estabilização. A duração desta situação “é indeterminado, supondo a

²⁶ Aquele que se mostra incapaz de manter-se como membro da CI ao mesmo tempo que põe em perigo a seus cidadãos, a seus vizinhos através de fluxos migratórios, instabilidade política e/ou guerra indiscriminada (Helman & Ratner, 1992).



realização do estabelecimento da segurança e da ordem, isto configura o calcanhar de Aquiles de qualquer operação de consolidação da paz²⁷” (Villatoro López, 2015, p. 17).

Derivado da análise das entrevistas, verifica-se que todos os entrevistados sofreram um ataque terrorista, mais ou menos complexo, por parte dos insurgentes. O grau de integração e de trabalho experienciado com outras unidades das FFAA nacionais e dos países da coligação foi muito proveitoso e enriquecedor.

Os entrevistados sublinham que a participação das FFAA na estabilização de Afeganistão versou essencialmente sobre ações de combate (operações/ações ofensivas, patrulhas, FP), ações de *Training, Assistance and Advise* e apoio à população e governação.

Os militares que participaram no processo de RSS consideram que, além das ações de combate, também as ações de formação e mentoria às FFSS afegãs implicam risco de ataques terroristas, pela possibilidade de infiltração de *ihadistas* que perpetram ataques como o caso em que dois *Guardias Civis* foram mortos.

4.4. Síntese conclusiva

A maior ameaça que constituem as novas insurgências baseia-se na sua disponibilidade para atuar em numerosos cenários e na capacidade de influenciar a política e a opinião pública de qualquer Estado através da violência sistemática.

Verifica-se um fluxo de voluntários *ihadistas* que, depois de combaterem numa frente, partem para outra, partilham lições aprendidas, treinam-se em comum, apoiam-se em aspetos logísticos e de financiamento.

Relativamente a RSS, há que ter em conta que no início das OMP, onde a CI tem que fazer frente a ações terroristas vinculadas à insurgência, pode chegar a acontecer que as FFAA tenham que realizar trabalhos policiais na estabilização do país. Por isso, deve-se ter em conta que é imprescindível a criação de FFSS que assumam estas responsabilidades de forma efetiva e que estejam implantados na totalidade do território, já que são um elemento que ajuda a reconstruir a nação.

Neste capítulo, analisámos as características das ações terroristas contra as FMD, assim como os elementos através dos quais as FMD contribuem para a estabilização do país e para a formação das suas FFSS, procurando resposta para a QD3, através da análise do cenário de participação militar na estabilização do Afeganistão, como lugar onde a insurgência de carácter *ihadista* atua. Cumprimos o previsto no OE3 e, no próximo capítulo, avaliamos o contributo das informações no apoio à FMD.

²⁷ Tradução do autor de “es indeterminado, suponiendo el logro del establecimiento de la seguridad y el orden el talón de Aquiles de cualquier operación de consolidación de la paz”.



5. Informações no apoio à Força Militar Destacada

Num mundo globalizado a superioridade das Informações sobre o inimigo adquire uma maior importância em qualquer tipo de conflito e, em certos casos, será determinante para prevenir atempadamente o início de qualquer crise (Jiménez Ruiz, 2005).

5.1. Informações de apoio às Operações de Manutenção da Paz

Pode-se definir as Informações de várias formas, desde a utilizada por Von Clausewitz (1832), que definiu as informações militares como “o conhecimento do inimigo e do seu território”, até a utilizada pela NATO como “o produto resultante do processamento da informação relativa a nações estrangeiras, Forças ou elementos hostis ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais” (NATO, 2013, p. 2-I-6).

Além disso, existem outras definições para circunstâncias operacionais específicas, como é o caso das Informações em OMP, podendo definir-se como as que “ visam obter ou aumentar o nível de segurança das Forças e aconselhar, a todos os níveis, sobre a situação na área em que a missão deve ser cumprida, e, conseqüentemente, proporcionar-lhe uma base para poder decidir melhor como desempenhar as suas tarefas, com o objetivo de cumprir o mandato recebido²⁸” (Amatriaín Méndez, 1998, p. 19).

Os objetivos das Informações são, nomeadamente:

- Aconselhar o Comando da maneira mais eficiente e eficaz para permitir à Força o cumprimento da missão;

- Proporcionar uma capacidade de prevenção e assim evitar ações indesejadas entre as partes em conflito;

- Alcançar níveis de segurança aceitáveis para as FM nacionais envolvidas na missão.

Segundo Armenteros Diéguez (2016), as Informações nas OMP apresentam características distintas comparadas com outras Operações militares:

- * A sensibilidade que pode gerar a obtenção de Informações no cenário, uma vez que, além do governo anfitrião, participam as partes em conflito, que apresentam especiais reservas na partilha de Informações sobre os seus militares (pessoais, materiais e, inclusive, operacionais), elementos esses essenciais para o cumprimento da missão;

²⁸ Tradução do autor de “la que tiene por objeto obtener o aumentar el grado de seguridad de las fuerzas y asesorar al mando de las mismas, a todos los niveles, sobre la situación dentro del área en la que se debe cumplir la misión, y en consecuencia proporcionarle una base para poder decidir mejor cómo desempeñar sus tareas, con el objetivo de cumplir el mandato recibido”



* O prolongamento do tipo de missão, em muitos casos, para longos períodos de tempo, faz com que seja necessária uma contínua obtenção de informação e, conseqüentemente, a avaliação da mesma;

* O processo de obtenção de Informações, ou seja, informação processada, contrastada e verificada, deve seguir o mesmo Ciclo das Informações.

Existem várias formas de analisar e elaborar as Informações, centradas em diferentes movimentos ou sentidos, ou seja: em sentido ascendente, descendente e transversal. Graças ao emprego das Informações, em sentido ascendente, as autoridades da nação preveem a evolução dos acontecimentos, com a finalidade de decidir sobre substituições, desdobramento ou retirada da Força. Além disso, analisam-se os acontecimentos locais e geoestratégicos, tanto na zona de conflito, como noutras zonas²⁹.

O Comando³⁰ gera Informações de nível estratégico que deve transmitir no seu sentido descendente e possibilitar às Forças o conhecimento da evolução do conflito, posição da CI e previsões sobre o futuro da OMP.

Finalmente, as Informações que trabalham num nível transversal, baseada em eventos locais que se concentram na coleta de informação para gerar um produto, ou Informações, em nível tático. Está focada principalmente em obter informação útil no TO, bem como para garantir a segurança, para obter Informações para transmitir à cadeia ascendente (Armenteros Diéguez, 2016). Este tipo de Informações é fulcral para a realização das atividades operacionais das FMD, sendo este tipo de Informações na qual se baseou a capacidade das próprias Unidades de GC envolvidas no Afeganistão.

5.2. Informações e Contrainsurgência.

As Informações são um dos instrumentos mais importantes no desenvolvimento das operações COIN³¹ (NATO Defense College, 2009).

Segundo Hoffman (2004) as Informações exatas, oportunas, sobre as capacidades e as intenções da insurgência e, portanto, dos terroristas, é um pré-requisito para o sucesso de qualquer estratégia do COIN. No Afeganistão a insurgência tem uma clara superioridade das Informações já que possui a vantagem de poder viver ocultada entre a população civil.

Para García Cantalapiedra & Díaz Matey (2008), a doutrina em COIN apresenta quatro características fundamentais nas OMP:

²⁹ Por exemplo, os países que participam indiretamente no conflito.

³⁰ Vid Apêndice J, Informações desdobrável das FFAA espanholas.

³¹ Vid Apêndice G, Ciclo das Informações nas Operações COIN.



- A FM deve estar totalmente implantada no território, já que esta complementa e apoia as Informações.

- As Informações relacionam-se com as pessoas e concentram-se nelas;

- As Informações e as Operações militares realimentam-se em si mesmas. As Informações neste tipo de Operações abastecem-se e completam-se com a informação que as diferentes Unidades fornecem, como podem ser as Unidades da GC durante a formação e mentorização das FFSS locais, ou, através de contatos com as diferentes autoridades ou líderes tribais - no terreno;

- Os insurgentes “jogam em casa”, facto que lhes dá maior flexibilidade de ação, já que conhecem palmo a palmo o território. Igualmente, a prática de ações violentas por parte da insurgência contra a população civil, faz com que a população seja mais relutante em colaborar com as Forças governamentais ou da coligação.

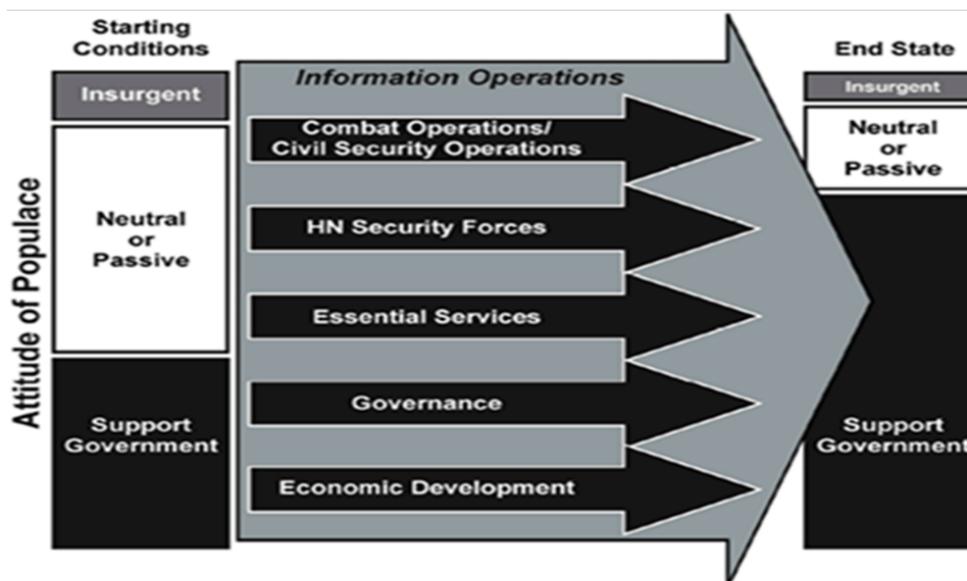


Figura 6 - Linhas lógicas de operações de Informações para uma COIN

Fonte: Disponível em Headquarters Department of the Army & Headquarters Marine Corps Combat Development Command Department of the Navy (2006).

5.3. Contrainformações e Operações de Informações

As contrainformações reúnem todas as ações para detetar, identificar, prevenir e combater as ações de Informações realizadas pelos insurgentes. Os Estados atribuem grande importância à recolha de informação através de informadores e agentes duplos³², por meio de vigilâncias e utilizando informação recolhida em fontes abertas (Larson, 2009).

³² Segundo a Real Academia Espanhola da língua “espiões ao serviço simultâneo de estados rivais”.



Por sua parte, os insurgentes podem recorrer a pessoas que tenham relações com pessoal da OI, ou mesmo pessoal civil que trabalhe nos quartéis, como informadores. Isto faz com que a segurança por parte da Força da coligação seja muito importante, pelo que é necessário dar segurança, aos informadores, tradutores e todo o pessoal que está envolvido nos trabalhos da coligação. Por sua vez, é crucial conhecer o pessoal da nação anfitriã com quem está a trabalhar para não pôr em risco a própria Força (Larson, 2009).

Relativamente às Operações de Informações e contrainformações, a GC nas diferentes OMP em que vem participando há vários anos, desempenha duas funções: PM e, por outro lado, na própria RSS, como é o caso de Afeganistão, através da formação e mentorição das suas FFSS.

Na doutrina para a PM da NATO (2003), a obtenção, análise e difusão da informação gerada pela manutenção da lei e segurança das operações, é uma tarefa fundamental. Da mesma forma, segundo a mesma doutrina, a PM pode obter Informações nas áreas de interesse definidas e as próprias zonas de conflito. Estas Informações obtidas vão desde a situação social local até à informação criminal, criando uma rede de informadores e de contactos com habitantes autóctones, autoridades e outras agências.

Por outro lado, na formação das polícias, consegue-se um contacto muito próximo com os responsáveis da administração local, os líderes tribais e das autoridades (se ainda existissem), que constituem ativos na obtenção de Informações para a segurança da Força e das operações COIN, facto que a GC desenvolve durante a formação das FFSS locais na RSS.

Da análise às entrevistas relevamos que a obtenção de informação poderia ser incrementada, se existisse um melhor planeamento e metodologia que identificasse as necessidades de Informações, tanto próprias como da coligação. Os entrevistados avançam como eventuais propostas de melhoria, que a Força poderia ter, no TO, um Centro de Operações Terrestres mais reforçado, por forma a permitir um melhor acompanhamento das Forças no terreno e melhorar a compreensão situacional. Apontam ainda, que poderia ser criada de uma base de dados com a localização de todos os incidentes de *Improvised Explosive Device* (IED), e a sua localização geográfica no ISAF *Force Tracking System*. A falta deste sistema implica emprego de procedimentos mais arcaicos e, portanto, menos efetivos e oportunos, tal e como as Informações precisam.



Os militares envolvidos na RSS somente realizavam tarefas genéricas de Informações. Por sua parte, os analistas do Elemento Nacional de Informações Desdobrável³³ (ENID) elaboravam análise de risco, com base nas Informações levantadas pelas Células Nacionais de Informações (NIC), assim como em outras Informações provenientes das FMD. O ENID estabelece-se como um órgão de análise e difusão ao Comando, mas as necessidades do Comando não eram canalizadas pelo ENID, mas mediante relações bilaterais com outros membros da coligação ou com os Comandos das unidades dependentes. Este facto é um sinal de que os procedimentos e canais de tratamento das Informações (ascendente, descendente e lateral) não estão bem estabelecidos ou não funcionam da melhor maneira, por falta de sistemas de tratamento e partilha das Informações, por erro processual ou por uma mistura de ambos.

Os entrevistados referem a existência de casos onde as Unidades deslocadas tiveram conhecimento pelos meios de comunicação, da ocorrência de determinado incidente antes dos canais próprios terem capacidade de informar. Estas situações são geradoras de certa desconfiança e demonstram que a função de Informações apresenta algumas fragilidades.

Há unanimidade em considerar a importância das Informações, devendo estar disponíveis e serem oportunas, por forma a poderem antecipar, prevenir e/ou mitigar os efeitos dos ataques terroristas.

5.4. Síntese conclusiva

O objetivo último das Informações no âmbito militar é contribuir para o êxito das Operações, os Comandos devem dispor das Informações que permitam, em qualquer momento, facilitar conhecimento exaustivo e detalhado dos potenciais adversários, das suas capacidades, vulnerabilidades, táticas, técnicas e procedimentos (TTP), intenções, bem como a situação, o ambiente, a meteorologia e os aspetos geográficos do TO.

No presente capítulo, foi possível analisar e determinar o contributo das Informações no âmbito das FMD. Conforme a análise anterior foram apresentados os contributos mais relevantes que contribuem para a redução das ações terroristas. Consequentemente, foi validada à QD4 e atingiu-se o OE4. No próximo capítulo, será avaliada a importância das Informações para as funções da FP, assim como o tipo de formação e treino necessários para a GC participar em processos de RSS.

³³ Vid Apêndice J, Informações desdobrável das FFAA espanholas.



6. A *Guardia Civil* na luta contra o terrorismo *jihadista*

A participação da GC em cenários de crise tem aumentado nos últimos anos, devido ao facto de que as OI terem vindo a necessitar de mais capacidades policiais, como elemento fundamental da RSS para desta forma, conseguir uma transição para a estabilidade, reconstrução e normalização de um Estado (Dombroski, 2007).

6.1. A *Guardia Civil* no Afeganistão, paradigma da reforma do setor de segurança em cenário de terrorismo *jihadista*

Na sequência dos Acordos de Bona³⁴ Espanha autorizou a participação das FFAA espanholas na *International Security Assistance Force* (ISAF). Em 25 de janeiro de 2002, foi iniciado o destacamento de um Agrupamento em Cabul, denominado *ASPFOR I*³⁵, juntamente com as restantes tropas da ISAF, sob comando nacional rotativo³⁶ até à tomada de posse da liderança pela NATO em agosto de 2003.

Espanha, em 2004, informou sobre a intenção de mudar o envio de unidades militares espanholas desde Cabul para liderar uma Base de Apoio Avançada em Herat, sob o comando de um Coronel da Força Aérea Espanhola, e um *Provincial Reconstruction Team*³⁷ (PRT) para a província de Badghis, na localidade de Qala i Now, sob o comando de um Coronel do Exército Espanhol. Esses quartéis ficaram operacionais em 2005.

Embora, após vários anos de presença internacional no Afeganistão, o *Afghan National Army* (ANA) estivesse em níveis aceitáveis de treino, não era assim no caso da *Afghan National Police* (ANP), que se encontrava, em geral, mal preparada. Após vários esforços por parte da Alemanha, entre 2003 e 2007, e da *European Union Police* (EUPOL), de 2007 a 2009, a NATO decidiu colaborar na formação e treino, criando em 2009 a missão de treinamento *NATO Training Mission - Afghanistan* (NTM-A) (Padilla & Castellanos, 2013, pp. 7-15).

O trabalho da GC no Afeganistão³⁸ foi realizado no âmbito de três missões, uma de natureza civil e duas de natureza militar, lideradas pela UE e pela NATO, respetivamente: EUPOL, ISAF e *Resolute Support* (RS)³⁹.

³⁴ No final de novembro e início de dezembro de 2001, a ONU organizou uma reunião de representantes afegãos em Bona (Alemanha), na qual os participantes acordaram uma série de disposições provisórias para a governação do país e para o destacamento em Cabul de uma coligação.

³⁵ *Afghanistan Spanish FORCE*.

³⁶ Reino Unido, Turquia e Alemanha/Holanda.

³⁷ Estas equipas provinciais constituem um dos melhores exemplos do "*Comprehensive approach*" já que neles se integram todas as capacidades, tanto civis como militares, para a reconstrução, desenvolvimento e governo dessa área tendo como base a RSS (Gayoso Rey, 2014).

³⁸ Vid Apêndice H, Análise da participação da GC no Afeganistão.

³⁹ É uma missão de treinamento, assessoria, assistência e luta contra o terrorismo, que relevou em 1 de janeiro de 2015 à ISAF.

6.2. Ações terroristas e medidas de *Force Protection*

Segundo a doutrina espanhola publicada no PDC-3.14 (2019), a FP engloba as atividades que têm como objetivo “minimizar a vulnerabilidade do pessoal, equipamento, material, instalações, Informações, Operações e atividades da Força e também dos elementos não militares que apoiam, acompanham ou estão sob a responsabilidade da Força, frente às ações adversas e frente aos riscos sanitários, naturais, tecnológicos e acidentes⁴⁰”. Portanto, o seu objetivo é preservar a liberdade de ação do Comando e garantir a operacionalidade da FMD (Vid Apêndice I, sobre a análise das TTP dos insurgentes no Afeganistão).

A FP materializa-se mediante a gestão do risco, que conclui com a adoção de diferentes medidas que combatam ou mitiguem as ameaças provenientes do adversário e do meio. A aplicação destas medidas dependerá da situação e do alcance da Operação. As medidas tomadas devem ser consideradas a todos os níveis de planeamento e de condução, do nível estratégico ao nível tático (PDC-3.14, 2019).

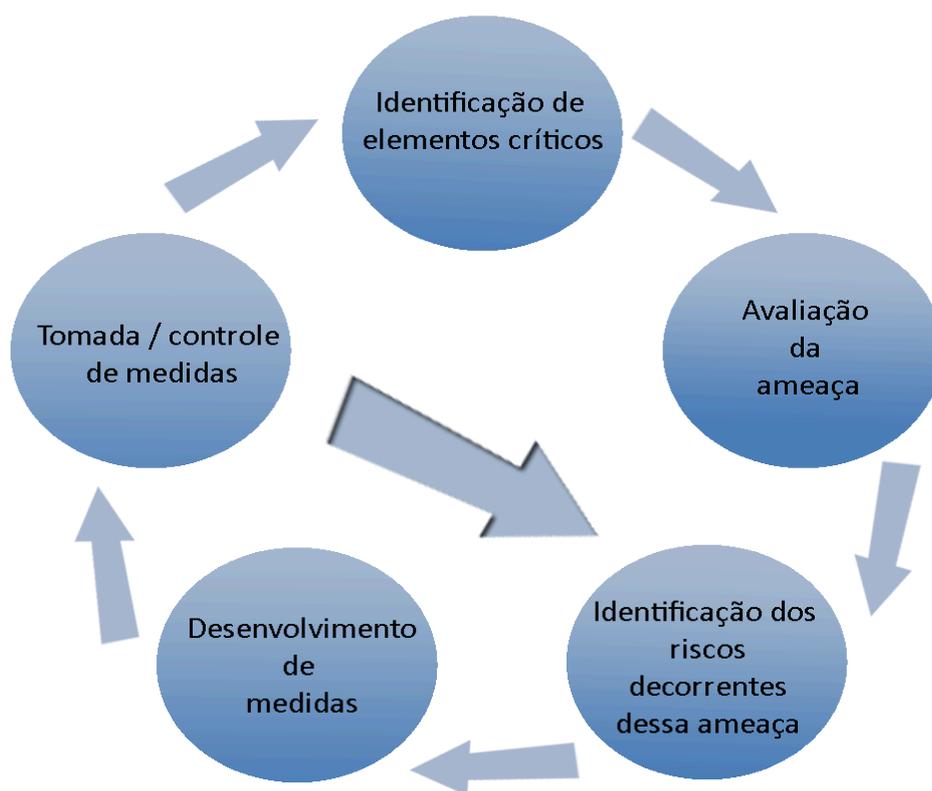


Figura 7 - Esquema do processo genérico de gestão de riscos

Fonte: Adaptado a partir de PDC-3.14 (2019).

A FP é uma responsabilidade do Comando em cada nível. Por conseguinte, cada

⁴⁰ Tradução do autor de “minimizar la vulnerabilidad del personal, equipo, material, instalaciones, inteligencia, operaciones y actividades de la Fuerza y también de los elementos no militares que apoyan, acompañan o están bajo la responsabilidad de la Fuerza, frente a las acciones adversas y frente a los riesgos sanitarios, naturales, tecnológicos y accidentes”.



Comando⁴¹, ao seu nível e em coordenação com os outros níveis, será responsável pela supervisão permanente do grau de FP das suas Forças, a fim de poder prever, tomar e monitorizar todas as medidas necessárias para minimizar as ameaças e se necessário, gerir eficientemente as situações de emergência que se produzam, reforçando assim as capacidades de resiliência necessárias nas FMD para o cumprimento da missão (PDC-3.14, 2019).

Os planos antiterroristas apoiam a FP através do estabelecimento de medidas defensivas que reduzam a vulnerabilidade das pessoas e dos equipamentos contra as ações terroristas, incluindo uma resposta limitada e a contenção efetuada pelas FFAA e pelas FFSS locais. Estes planos também incluem medidas de segurança pessoal e defensivas para proteger membros aliados, pessoal VIP⁴², civis, instalações e Informações (JP 3-0, 2017).

As ações terroristas podem ser evitadas alterando a atitude da FP sobre as instalações a proteger, mediante o emprego de um plano sistematizado de medidas antiterroristas aleatórias, que pode incluir desde diversas rotas de patrulha e alternância nos postos de guarda e nas torres de vigilância a intervalos irregulares, bem como a realização de inspeções em veículos, registos do pessoal e controlos de identificação (*check points*), num esquema estabelecido mas imprevisível pela forma de realização (o que se trata em todos os casos é evitar a rotina) (CAE, 2019).

A FP deve contar com a ajuda das Informações atualizadas pela respetiva unidade responsável pela difusão das mesmas. Uma vez que, mediante relatórios de risco atualizados e contendo todos os possíveis atores terroristas, bem como através das TTP, as últimas atividades suspeitas, veículos ou meios a empregar, se poderá reduzir à ameaça nas melhores condições (JP 3-0, 2017).

6.3. Instrução e treino em cenários com atividade terrorista

As OMP estão enquadradas na categoria das Operações “não bélicas”. Esta denominação não significa que as FMD não tenham que fazer uso de todas as suas capacidades de combate para responder às agressões. Nestas missões deverão ser enfrentadas ações terroristas, por esta razão, a formação e treino do pessoal, é a melhor forma de

⁴¹ A seu nível pode declarar os Estados de Alerta (EA) mais elevados quando o considerem oportuno dentro de sua esfera de responsabilidade e sempre que não se oponha ao declarado pelo Comandante do nível superior. Os EA respondem aos riscos decorrentes de eventuais ações terroristas ou de sabotagem contra instalações e pessoal das FMD e determinam as medidas gerais de FP e instalações que, pelo menos, devem ser ativadas em cada um dos EA a estabelecer, sem prejuízo dos diferentes planos de segurança que cada Comando tenha estabelecido (PDC-3.14, 2019).

⁴² São as pessoas designadas que, em virtude da sua categoria, atribuição, valor simbólico, localização ou ameaça específica, estão em maior risco (JP 3-0, 2017).



enfrentar as circunstâncias adversas, e conseguir o sucesso da missão (Gómez Martínez, 2007, p. 83)

Relativamente à formação que os membros da GC recebem antes de serem destacados para o TO, está dividida em duas fases, uma no *Centro de Adiestramientos Especiales* (CAE) da GC, e outra ministrada pelo Exército ou Força Aérea, de acordo com a liderança das FM em se enquadravam os militares da GC no Afeganistão (Vid Apêndice K, sobre as características da formação e treino da GC prévio ao deslocamento).

O pessoal de Exército entrevistado considera que existem aspetos suscetíveis de melhoria, desde o início do aprontamento. Os entrevistados atribuem importância à formação completa prévia e ao intercâmbio de experiências. Contudo, há situações não previstas na formação, entre outras, questões culturais e características das ações terroristas que devem ser ministradas em profundidade.

O pessoal da GC considera de extrema importância receber formação por parte do Serviço de Informações da *Guardia Civil* (SIGC). Esta formação poderia incidir nos processos de obtenção e tratamento de Informações relacionadas com a ameaça, bem como na elaboração de Informações básicas, ainda que parte destas lacunas sejam atenuadas pela presença de pessoal do SIGC, nas FMD.

A FP é considerado o aspeto mais importante no TO para a integridade das Forças. Por este facto, deve existir bastante treino, e todo o pessoal deve estar bem preparado, quer individualmente, quer em treino conjunto. A Unidade responsável da FP pode estar bem treinada, mas se o restante pessoal do contingente não souber reagir adequadamente, pode ser letal para a Força. Salientar também a importância do cumprimento das orientações, regras e posturas de proteção definidas pelo escalão superior.

No que respeita aos aspetos mais importantes da FP para minimizar a vulnerabilidade das FMD perante ataques, não existe um padrão de resposta, levantando-se as seguintes soluções:

- Dispor, em todo momento, do material, equipamento e armamento adequado para o TO, tendo-se em conta as características da ameaça.

- Estar perfeitamente coordenado com o resto das Forças da coligação, possibilitando reagir conjuntamente a possíveis situações ou ações levadas a cabo pelos insurgentes. Facto que salienta uma vez mais a importância do intercâmbio de Informações entre todas as Forças da coligação e entre as FM de cada país, que sejam o possam ser afetadas.

A possibilidade de estabelecer canais operativos de informação laterais (ao mesmo nível) com o conhecimento do Comandante da Força deve ser analisada. Estes canais podem



operacionalizados através de mensagens instantâneas, em caso de informações críticas.

6.4. Síntese conclusiva

As OMP atuais têm sido caracterizadas por uma mudança significativa nas responsabilidades da FP. A FP num ambiente ameaçado contra um adversário próximo e polivalente como é o terrorismo *jihadista*, exige que seja mais adaptável, resiliente e ágil nos planos de implantação, emprego e liderança.

Os Comandos, a todos os níveis, devem ter um plano eficaz de FP, uma vez que são os máximos responsáveis em proteger os seus soldados.

O Afeganistão mostrou que vencer uma guerra no século XXI não é resolver o conflito, mas sim garantir a governabilidade do país, o fracasso na resolução do conflito é garantido. Assim, quem melhor pode ensinar a ser um bom polícia é outro polícia, e num ambiente militar as polícias de natureza militar como a GC se adaptam à perfeição.

No Afeganistão a adaptação da GC aos diferentes cenários e missões dentro do conflito demonstrou a sua idoneidade para fazer parte do processo de estabilização e construção do país.

Neste capítulo caracterizou-se a formação da GC nas missões de combate ao terrorismo em OMP, concretizada no caso de estudo da participação da GC no Afeganistão. Também se demonstrou a importância da prevenção dos atos terroristas realizada pela FP, por tanto considera-se que foi validada à QD5e atingiu-se o OE5. Uma vez finalizado o corpo do estudo, elencam-se, no próximo capítulo as conclusões e resultados da investigação.



7. Conclusões

Neste estudo se refletiu o problema das ações terroristas contras as FMD em OMP, tomando como *Estudo de Caso* o cenário do Afeganistão no período de 2002 e 2015. Assim, a metodologia apoiou-se numa estratégia de investigação qualitativa, sendo complementada mediante entrevistas. Corresponde nesta fase elencar as principais conclusões, tentando expô-las como um bloco coerente e unificado.

No século XXI, as OMP evoluíram para assumir aspetos associados à recuperação de países que foram prostrados por atores hostis, que fazem da violência e do terror a sua forma de ser. Isto requer um maior esforço em deslocamentos de pessoal (militar e civil) e exige formular estratégias multidimensionais para serem executadas estando o conflito em marcha.

Os princípios fundamentais das OMP (imparcialidade, neutralidade, não ingerência e transparência) devem ser sempre aplicados, devendo-se adaptar e alterar todos os regulamentos que regem a atuação das FMD à realidade do estado de ameaça e da missão. Deve evitar-se que a opinião pública acredite que as OMP sejam missões “sem baixas”, já que podem ocorrer ataques dos terroristas, ou de qualquer outra força hostil, contra as FM.

O terrorismo *jihadista* é uma ameaça global, com relevo particular para a Espanha. A defesa deve desenvolver-se dentro das fronteiras, mas para que esta defesa seja eficaz também deve perseguir-se o terrorismo para além das fronteiras. Nesta luta é imprescindível ir acompanhado das OI das quais Espanha faz parte e que partilham os mesmos fins de paz e liberdade.

A ESN tem vindo a adaptar-se aos requisitos e aos novos desafios da ordem mundial, em linha com as novas ameaças. Esta política exige que Espanha continue a trabalhar constantemente para alcançar níveis de segurança adequados, garantindo assim a segurança dos cidadãos.

Os cenários atuais, estão relacionados com um conflito religioso, social e político. O desenvolvimento desse conflito está ligado ao desenvolvimento dessas sociedades e carece de muito tempo para apresentar resultados. A rapidez que caracteriza a mentalidade ocidental pode levar à realização de mudanças em sociedades, que precisam por suas características religiosas ou culturais mais tempo a serem aplicadas.

As necessidades de Informações nas OMP são mais complicadas de obter e analisar, por estarem envolvidas em meio da sociedade que estão a assistir, e por carecer de um inimigo direto como é um exército regular; já que estas devem proporcionar o que está ocorrendo no cenário do conflito, devem ser apropriadas, oportunas e, claro, devem ser idóneas para a decisão do Comando. O que diferencia as Informações em cenários



insurgentes das Informações de outros conflitos, é o grande volume de informação cultural, étnica e religiosa que deve ser obtida, elaborada e difundida. Por este motivo, é necessário utilizar o tempo suficiente para compreender os problemas, tradições, cultura e história da população local, já que é muito importante assimilar quais são as causas profundas que avivam o conflito.

Há que ter em conta que as Informações que se obtém no TO pelos diferentes atores que nele participam são um instrumento essencial para cumprir os objetivos da missão, e ao mesmo tempo, que o pessoal destacado trabalhe em condições de segurança, daí que as Informações sejam uma ferramenta vital para a FP. Por tanto, dispor das unidades de Informações desenvolvidas, coordenadas e com conhecimento profundo da ameaça é fulcral para o êxito da missão.

Tal e como se mostrou, o papel que a GC teve no Afeganistão relativamente à obtenção de Informações foi determinante, por estar no terreno, realizar tarefas e obter informação de lugares onde as outras FMD não conseguiam chegar.

Devido à crescente letalidade das ameaças internacionais (como o terrorismo *jihadista*) e em muitos casos também internas, é imperativo que as FFAA tomem fortes medidas de FP, em todas as Operações em que participem, seja como FM nacional, ou integrada em coligações.

Na RSS de qualquer Estado em geral, e no Afeganistão em particular, é prioritário deslocar Forças de segurança que garantam o respeito da legalidade e a segurança dos cidadãos. O valor acrescentado que as FFSS com natureza militar, como é o caso da GC, proporciona às Operações de RSS em situações de instabilidade e conflito, reside na sua formação, treino e capacidades militares que, associadas às capacidades de polícia, lhe garante maior versatilidade e operacionalidade.

De igual modo, podemos concluir que sem uma preparação e formação exaustiva e adequada às necessidades do cenário a missão confiada ao pessoal da GC não poderia realizar-se sem as garantias oportunas de sucesso.

Com estas conclusões, consideramos que o cenário de trabalho apresentado, tanto no projeto de investigação como na introdução do presente estudo, foi plenamente confirmado (QC e QD), uma vez que foi possível demonstrar a influência do terrorismo em cenários de OMP em geral e, no caso do Afeganistão, em particular.

Como contributo desta investigação pode-se deduzir que a redução da violência em países atingidos pelo terrorismo *jihadista*, pode ser conseguida através da análise da origem do conflito, das medidas tomadas no âmbito político-militar e do planeamento necessário



para neutralizar as principais causas do conflito. Devem ser conhecidas e atualizadas as TTP dos inimigos, com base nas Informações, por forma de prevenir ações terroristas contra as FMD.

Tal e como foi referido, esta investigação apresentou limitações que, decorreram principalmente da dificuldade de obtenção de dados operacionais relativos às ações terroristas no TO (pormenores em detalhe dessas ações), da impossibilidade de disponibilizar a realização de entrevistas ao pessoal do Centro das Informações de Espanha, igualmente, da própria constituição do pessoal entrevistado, no qual não foram entrevistados o pessoal das categorias de *Guardias* e Sargentos, principalmente por questões relacionadas com o serviço, derivadas da situação de emergência nacional pelo COVID-19. Estas limitações impediram ter uma visão mais abrangente do fenómeno e dos seus resultados.

O presente estudo pode constituir uma base para a elaboração de futuras investigações visando consolidar o objeto de estudo. Seria interessante realizar uma análise focada nos *Guardias Civis* com uma longa carreira dentro do SIGC. É por esta razão que se poderia tirar um bom proveito e utilizar essa experiência no planeamento da OMP e na implementação de melhoras operacionais.

Outro aspeto que requer uma análise específica, e dado a que estamos a avançar num cenário que, previsivelmente, irá alterar a disponibilidade de recursos cada vez mais limitados, versaria sobre a adequada coordenação dos Serviços de Informações. Tendo em conta que na vertente militar as principais OI dispõem de capacidades de Informações fornecida e partilhada pelos Estados membros⁴³ permanentes, para além das que os próprios países aliados querem partilhar⁴⁴.

Dado que uma das principais ameaças do século XXI, continuará a ser o terrorismo e os conflitos assimétricos, o futuro das Informações militares passa pela sua plena integração nessa CI de Informações através de uma sólida e plena Comunidade de Informações a nível Nacional⁴⁵.

Considera-se necessário prever a elaboração de um estudo sobre a CI de Informações. Desta forma, seria possível desenhar planos de atuação, de modo a que, com interesses partilhados entre os membros participantes, se estabelecessem canais e procedimentos

⁴³ A modo de exemplo, a NATO somente tem capacidades de coleta com os aviões AWACS, e os RPAS que configuram as capacidades ISR (*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*).

⁴⁴ Isto é assim devido a própria conceção das Informações, sempre se tem executado em benefício e pelos interesses de cada Estado.

⁴⁵ Seria o organismo encarregado da relação, intercâmbio e coordenação de Informações entre as Unidades de Informações nacionais. Uma parte dessas tarefas é realizada pelo Centro de Informações contra o Terrorismo e o Crime Organizado (CITCO), não estando integrada no mesmo às Informações do âmbito militar.



seguros e fiáveis e com os quais se partilhassem as Informações obtidas e elaboradas pela própria CI de Informações sobre a ameaça no TO.

Para além das conclusões obtidas, e como recomendações de ordem prática, propõe-se a conveniência de deslocar pessoal com experiência no SIGC, dentro das equipas ENID e das NIC. Desta forma, a operacionalidade dessas equipas seria reforçada na luta contra o terrorismo *jihadista*, desde uma perspetiva da realidade social e investigativa (policial).

Por outro lado, há de ter-se em conta que o CAE é um centro de referência internacional neste tipo de treino e formação. O local adequado para que o pessoal da GC seja formado para participar em qualquer missão internacional. Com especial relevo na formação referente ao tratamento e elaboração das Informações relacionadas com o terrorismo.

Estas matérias, do nosso ponto de vista, deveriam ser ministradas pelo SIGC, por ser detentor de conhecimento profundo sobre a ameaça. Além disso, como forma de potenciar as experiências e conhecimentos da GC com os militares das FFAA com os quais vão partilhar a missão, consideramos que seria recomendável que os militares das FFAA também participassem na formação no CAE, conjuntamente com os militares da GC, (da mesma forma que os militares da GC têm o período de formação conjunta nas dependências das FFAA) reforçando a aprendizagem mútua, derivada das experiências desenvolvidas ao longo das diferentes rotações das missões, e sustentadas em lições identificadas e eventualmente aprendidas. Por esta razão, propõe-se que a GC amplie o seu programa de formação.

Esta ampliação poderia ser obtida de duas formas, as quais se expõem a seguir:

1^a) Uma vez selecionado o pessoal para o destacamento na OMP, preparar-se-ia em duas fases, a primeira consistiria numa fase a distância (com extensão de aproximadamente um mês), nas suas Unidades, e sem prejuízo para o serviço, e, onde a agenda seria teórica (elaborada pelo CAE, pelo Serviço de Psicologia e pelo SIGC), consistiria em:

- Conhecer o TO.
- Instrução operacional.
- Manutenção de material de dotação.
- Formação básica das Informações.
- Procedimentos táticos de saúde.
- Sessões sobre como lidar com o *stress* na missão.

Finalizada a fase a distância, daria início à fase presencial no CAE, onde realizariam a avaliação sobre os conhecimentos da fase a distância. Esta avaliação eliminatória seria condição para prosseguir a formação na fase presencial.



A fase presencial seria de três semanas de duração, baseada em *workshops* e cenários, onde os conhecimentos teóricos adquiridos na fase a distância seriam praticados em aulas ministradas por pessoal do CAE, da *Secretaría de Cooperación Intenacional* (SECI), do Serviço de Psicologia e do SIGC. Para finalizar esta fase, seriam realizados exames práticos, também de caráter eliminatório.

2ª) Consistiria essencialmente na criação de um curso não presencial (*e-learning*). Este curso, que seria desenhado pelo CAE, pelo Serviço de Psicologia e pelo SIGC, versaria sobre os mesmos conhecimentos da fase à distância explicada no ponto anterior. Neste curso realizariam-se provas de autoavaliação, sendo avaliado num exame final *online*. Uma vez concluído este curso não presencial, começará o período de três semanas de formação no CAE, como foi explicado anteriormente, mas sem a necessidade de fazer um exame prévio.

Com este sistema de treino e formação, próprio da GC, seria possível ganhar autonomia, já que em caso de não poder participar nas jornadas de formação das FFAA, a formação dos *Guardias Civis* não seria prejudicada. Além disso, com a fase a distância seriam alcançados três objetivos essenciais; o primeiro, durante a fase presencial no CAE, o tempo seria utilizado em *workshops* e estágios, para assimilação de conceitos teóricos, o segundo, de caráter financeiro, porquanto não implica despesa adicional para a GC, principalmente em ajudas de custo, e por último, as Unidades de origem do pessoal selecionado, não necessitam libertar os militares das atividades orgânicas, por não implicar ausências nos períodos de estágio, o que permitiria que se atenuasse esta situação de indisponibilidade na formação previa a ministrar.

Em síntese, e como corolário do estudo, o terrorismo não é um problema delimitado a um Estado, constitui uma ameaça para o futuro da ordem mundial, porquanto, as OMP como missões militares continuarão a estar influenciadas por esta ameaça. As implicações operacionais na prevenção, mitigação e combate do terrorismo devem ser uma preocupação das OI, os Estados, das FFAA e finalmente dos Comandos que, indubitavelmente, serão forçados a uma constante adaptação para reagir e implementar-se das medidas mais adequadas que alcancem abranger todos os aspetos de esta ameaça.



Referências bibliográficas

- Amatriáin Méndez, J. (1998). *La inteligencia en las Operaciones de mantenimiento de la paz*. Obtido de: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4643360.pdf>
- Argumosa, J. (2015). *La Internacional Yihadista*. Cuadernos de Estrategia n. 173. IIEE. Madrid.
- Armenteros Diéguez, A. (2016). *Inteligencia en Operaciones de mantenimiento de la paz*. TAD. AOGC. Aranjuez. Madrid.
- Arquilla, J. & Ronfeldt, D. (2001). *The Advent of Netwar Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*. Santa Monica: RAND.
- CAE. (2017). *Manual de actuación Operativa*. Jefatura de Unidades Especiales y de Reserva. Centro de Adiestramientos Especiales. Guardia Civil. Logroño.
- CAE. (2019). *Manual de Protección contra Actos Terroristas*. Jefatura de Unidades Especiales y de Reserva. Centro de Adiestramientos Especiales. Revista Guardia Civil.
- Cañete Blanco, P. (2015). *Los Rostros del Yihadismo: Estado, Insurgencia y Terrorismo*. Instituto Español de Estudios Estratégicos nº. 91.
- Carrillo Salcedo, J. A. (1993). *El Consejo de Seguridad y el Mantenimiento de la Paz: Aspectos Recientes*. Universidad del País Vasco. Bilbao.
- CNI. (2020). *El Ciclo de Inteligencia*. Centro Nacional de Inteligencia: <https://www.cni.es/es/queescni/ciclo/>
- Cohen, E., Crane, C., Horvarth, J. & Nagl, J. (2006). *Principles, Imperatives and Paradoxes of Counterinsurgency*, Military Review.
- Constituição Espanhola. (1978). *Constitución Española*. Obtido de: <https://www.boe.es/buscar/pdf/1978/BOE-A-1978-31229-consolidado.pdf>.
- De la Corte, L. y Hristova, H. (2016). *La Red Haqqani y la evolución del yihadismo local y trasnacional en la región del AF-PAK*. Documento de investigación 7. IIEE. Madrid.
- Díaz Barrado, C. (2007). *Misiones Internacionales de Paz: Operaciones de Naciones Unidas y de la Unión Europea*, IUGM, Madrid, 2007, p 05/2015.
- Dombroski, K. (2007). *Peacekeeping in the Middle East as an International Regime*. Ed. Routledge. New York.
- DPKO. (2008). *United Nations Peacekeeping Operations; Principles and Guidelines*. United Nations, New York, 2008.
- ESN. (2017). *Un proyecto compartido de todos y para todos*. Obtido de: https://www.dsn.gob.es/sites/dsn/files/Estrategia_de_Seguridad_Nacional_ESN%20Final.pdf



- EUPOL. Afghanistan. (2019). *European Union Police Mission in Afghanistan*. Obtido de <http://www.eupol-afg.eu/>
- Eurogendfor. (2020). *Eurogendfor Operational Concept*. Obtido de: <https://eurogendfor.org/egf-concept/>
- Fernández Sánchez, P. A. (1998). *Operaciones de las Naciones Unidas para el Mantenimiento de la Paz* (Vol. I: Análisis jurídico de las Operaciones de las Naciones Unidas para el Mantenimiento de la Paz). Universidad de Huelva. Huelva.
- Fuente, I. (2000). *Operaciones de Paz para el Siglo XXI: de la Prevención a la Intervención*. Cuadernos del Instituto General Gutiérrez Mellado de estudios sobre la Paz, la Seguridad y la Defensa, Seguridad y Defensa en el Siglo XXI.
- García Cantalapiedra, D., & Díaz Matey, G. (2008). *EEUU, el uso de la inteligencia y la doctrina de contrainsurgencia norteamericana: lecciones para Afganistán*. Obtido de: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/f26539004f0198fd9082f43170baead1/DT542008_Garcia_Cantalapiedra_Diaz_Matey_contrainsurgencia_Afganistan.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=f26539004f0198fd9082f43170baead1
- García de la Cuesta, J. (2003). *Terminología Aeronáutica*. Diccionario Aeronáutico. Ed. Díaz de Santos S.A. Madrid.
- Gayoso Rey, J. (2014). *Afganistán: La consolidación del empleo de la GC*. Cuadernos de la Guardia Civil (48).
- Gerhardt, R. L., Mabry, R. L., De Lorenzo, R. A., & Butler, F. K. (2014). *Fundamentals of Combat Casualty Care*. Army Medical Department Center and School. Obtido de: <https://www.cs.amedd.army.mil/borden/book/ccc/uclachp3.pdf>
- Gómez Martínez, R. (2007). *Los valores y las virtudes castrenses en el entorno asimétrico*. Revista del Ejército de tierra. (792).
- Headquarters Department of the Army & Headquarters Marine Corps Combat Development Command Department of the Navy. (2006). *Counterinsurgency*. Washington D.C: Marine Corps.
- Helman, B. & Ratner, R. (1992). *Saving Failed States*. Foreign Policy. Ed. Winter.
- Hoffman, B. (1999). *Inside Terrorism*. Columbia University Press. New York.
- Hoffman, B. (2004). *Insurgency and Counterinsurgency in Iraq*. Rand Corporation. Obtido de: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2005/RAND_OP127.pdf
- International Peace Academy. (1978). *Peacekeeper's Handbook*. New York: International Peace Academy.



- IUM. (2019 - 2.^a edición, revista e actualizada). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Jiménez Ruiz, J. (2005). *La racionalización de la inteligencia en las fuerzas armadas*. Cuadernos de estrategia, ISSN 1697-6924, N.º. 130.
- Jordán, J. (2008). *Las nuevas insurgencias. Análisis de un fenómeno estratégico emergente*. Anuario de Derecho Internacional., XXIV, 271-298. Obtido de: http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/21282/1/ADI_XXIV_2008_09.pdf
- Jordán, J. (2011). *Anders Behring Breivik: algunas consideraciones sobre la figura del "lobo solitario" terrorista*. Grupo de Estudios sobre Política y Seguridad Internacional. Universidad de Granada. Análisis GESI 7/2011.
- JP 3-0. (2017). *Joint Operations. Revision of Joint Publication 3-0*. Doctrine for the Armed Forces of the United States. Chiefs of Staff. Joint Force Development.
- Kilcullen, D. (2005). *Countering Global Insurgency*. The Journal of Strategic Studies, vol. 28, n.º 4.
- Kilcullen, D. (2006). *Three Pillars of Counterinsurgency*. COIN Conference. Obtido de: <http://www.usgcoin.org/docs/3PillarsOfCounterinsurgency.pdf>.
- Kilcullen, D. (2007). *Counterinsurgency Redux*. Survival, Vol. 48, No 4.
- Kiszely, J. (2006). *Learning about Counterinsurgency*. RUSI Journal.
- Laboire, M. (2016). *Afganistán. Un año después de la ISAF*. Documento opinión 7. IIEE. Madrid.
- Larson, V. (2009). *Understanding commanders' information needs for influence operations*. RAND Corporation.
- Lei n.º 36/2015. *Ley de Seguridad Nacional*, Boletín Oficial del Estado, 233, de 29 de septiembre de 2015.
- Lister, C. (2016). *The Dawn of Mass Jihad: Success in Syria Fuels al-Qa'ida's Evolution*. Combating Terrorist Center. Sentinel, Obtido de: <https://www.ctc.usma.edu/posts/the-dawn-of-mass-jihad-success-in-syria-fuels-al-qaidas-evolution>
- Luparelli Mathieu, M. S. (2007). *La Acción Yihadista. Estrategia de las organizaciones yihadistas salafistas, y respuesta de la comunidad internacional*. Universidad Complutense de Madrid. Madrid.
- Mancebo Hidalgo, J. (2016). *Formación Predespliegue*. Manual de Formación. CAE. Logroño.
- Mando de Adiestramiento y Doctrina. (2013). *Operaciones: Estabilización* (Vol.PD2-001(3)). Centro Geográfico del Ejército. Ejército de Tierra. Granada.



- Manrique de Luna Barrios, A. (2013). *Las Operaciones de Mantenimiento de la Paz de las Organizaciones Internacionales de Carácter Regional*. Dykinson SL. Madrid.
- Metz, S. (2007). *Rethinking Insurgency*. Strategic Studies Institute. Obtido de: <http://www.strategicstudiesinstitute.army>
- Ministério de Defesa Nacional (2015). *Orgânica do ensino superior militar e o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Decreto-Lei 249/2015 de 28 de outubro 2015.
- Moliner González, J. A. (2015). *La política de defensa de España ante la amenaza del terrorismo yihadista*. Revista de Estudios en Seguridad Internacional, 1.
- Morán Blanco, S. (2017). *Naciones Unidas en la Sociedad Internacional. Entre el deseo de reforma y la ausencia de voluntad política*. Documento de Investigación nº. 21. IIEE. Madrid
- Naciones Unidas. (1995). *Un Programa de Paz*. Documento de posición del Secretario General.
- NATO. (2003). *Military Police Doctrine*, APP-12.
- NATO. (2013). *Allied Glossary of Terms*, AAP-06.
- NATO Defense College. (2009). *Counterinsurgency: for NATO strategy and operations*. Obtido de: <http://www.ndc.nato.int/news/news.php?icode=104>
- Navarro, M. (2015). *Los yihadistas detenidos querían atentar en comisarías de Mossos*. Obtido de: <http://www.elperiodico.com/es/noticias/politica/yihadistas-detenido-querianatentar-comisarias-mossos-4083873>
- Padilla, J., & Castellanos, L. (2013). *El trabajo de la GC en Afganistán*. Revista GC (836). Madrid.
- Palacián, B. (2012). *Las Operaciones de Mantenimiento de la Paz en Curso de Naciones Unidas*. Documento Análisis 12. IIEE: Madrid.
- PD3.301. (2008). *Contrainsurgencia*. Publicación Doctrinal. Mando de Adiestramiento y Doctrina. Granada.
- PDC-3.14. (2019). *Protección de la Fuerza*. Publicación Doctrinal Conjunta. Estado Mayor de la Defensa. Ministerio de Defensa. Madrid.
- Petraeus, D. A. (2006). *Learning Counterinsurgency: Observations from Soldiering in Iraq*. Obtido de: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English>
- Pozo Serrano, P. (2007). *El uso de Compañías militares privadas en contextos de contrainsurgencia: problemas de legitimidad, gestión y control*. Athena Intelligence Journal, Volumen 2, Número 4.



- Prieto del Val, T. F. (2014). *La Inteligencia Militar. Una constante histórica*. Documento opinión 79. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Madrid.
- Real Instituto Elcano. (2016). *Barómetro del Real Instituto Elcano*. Barómetro, 37ª oleada.
- Real Instituto Elcano. (2016a). *Presentación: realinstitutoelcano.org*. Obtido de http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_es/sobreelcano/presentacion/
- Rehecho, Á., & Ropero, T. (2016). *Formación del personal de la Guardia Civil desplegado en entornos hostiles*. Manual de Formación. CAE. Logroño.
- Secretaría de Cooperación Internacional. (2015). *La GC en Afganistán*. Dossier, Dirección General de la Guardia Civil, Madrid.
- Sepp, K. (2005). *Best Practices in Counterinsurgency*, Military Review.
- Stelmach, J. (2017). *Goals of terrorist attacks in the perspective of the indirect strategy of terrorism*. Journal of science of the Military Academy of land forces. Vol 49. Nº 2.
- UNED. (2003). *Operaciones de Paz. IV Curso Monográfico. La Protección de las víctimas en los conflictos Armados*. Facultad de Derecho. Madrid.
- Villatoro López, M. (2015). *Contribución de las Fuerzas Gendármicas a la gobernanza de Estados inmersos en conflictos o situaciones de inestabilidad política*. Escuela Superior de las Fuerzas Armadas. Madrid.
- Von Clausewitz, K. (1832). *De la Guerra*. Obtido de: Librodot.com.



Apêndice A — Modelo de Análise

TEMA	A Influência do Terrorismo nas Operações de Manutenção da Paz				
Objetivo Geral	Caracterizar as ações terroristas desencadeadas contra as FM em OMP, descrevendo as medidas de Informações e de <i>Force Protection</i> que podem ser adotadas e implementadas para prevenir, mitigar e combater estas ações.				
Questão Central	Como se caracterizam as ações terroristas que são desencadeadas contra as FM em OMP no Afeganistão e que medidas de Informações e de <i>Force Protection</i> tem sido adotadas para prevenir, mitigar e combater essas ações?				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados	Capítulo
OE 1 - Analisar o status jurídico das OMP.	QD 1 - Como está definido o regime jurídico que caracteriza as OMP?	Regulamento	Legislação das OMP	Revisão do quadro legal das OMP Entrevista semiestruturada	2
			<i>Status</i> jurídico das FMD		
OE 2 - Analisar a ESN espanhola no que diz respeito o terrorismo <i>jihadista</i> .	QD 2 - Como se caracteriza a ESN perante o fenómeno do terrorismo <i>jihadista</i> ?	Segurança e defesa	Estratégia contra o terrorismo	Revisão da literatura Entrevistas semiestruturadas	2, 3
		Estratégia perante o terrorismo	Normativa de atuação perante o terrorismo		
OE 3 - Analisar o cenário de participação militar na estabilização do Afeganistão, enquanto Estado onde o a insurgência de caráter <i>jihadista</i> atua.	QD 3 – Quais são as características das ações terroristas contra as FMD e como contribuem as FMD na Reforma do Setor de Segurança?	Estabilização do Afeganistão	Participação das FMD	Revisão da literatura e doutrina Entrevistas semiestruturadas	2, 3, 4
			Ações terroristas		2, 3, 4
			Setor de Segurança		2, 3, 4
OE 4 - Analisar o contributo das Informações militares no âmbito das FMD, como forma de prevenir e combater ações terroristas.	QD 4 – Como se caracterizam os contributos das Informações para apoiar a ação das FMD?	Informações	Efeitos sobre ação das FMD	Revisão da literatura e doutrina Entrevistas semiestruturadas	2, 3, 4, 5
			COIN		
			Operações de Informações e contrainformações		
OE 5 - Analisar a formação e treino da GC para o desempenho de missões de prevenção e combate ao terrorismo no âmbito das OMP.	QD 5 - Como se caracteriza a formação e treino da GC nas missões de prevenção e combate ao terrorismo em OMP?	GC na RSS	Participação da GC na RSS	Revisão da literatura Entrevistas semiestruturadas	2, 3, 4, 5 e 6
		<i>Force Protection</i>	Atividades – ações preventivas		
		Preparação previa ao deslocamento	Caraterísticas da formação		



Apêndice B — Identificação dos entrevistados

1	Francisco Javier Roy Álvarez, Coronel do Exército. Chefe de Área de Inteligência (G-2). Quartel Geral Terrestre de Alta Disponibilidade (NATO-HQ-NRDC-SP)
2	Pedro Manuel Almagro Calles, Major da GC. Estado Maior da GC. Área de Operações
3	Juan Carlos Armenteros Diéguez, Capitão da GC. Secretaria de Cooperação Internacional da GC
4	Luis Alberto Madero Coronado, Major da GC. Estado Maior da GC. Área de Pessoal
5	Alejandro Cuevas Morgado, Capitão – Chefatura de Ensino da GC
6	Antonio Letón Vázquez, Major da GC. Estado Maior da GC. Área de Inteligência.
7	Óliver Pérez López, Major da GC. Serviço de Informações da GC. Área de Investigações.
8	Marco Antonio Valbuena Farpón, Major da GC. CIFAS
9	Rubén Rafael Cuevas Morgado, Major da GC. Estado Maior da GC. Área de Doutrina.
10	Luís Miguel Rodrigues Gomes, Major do Exército Português. Auditor CEMC.
11	António Xavier Mendes Rocha Pereira Coutinho, Major do Exército Português. Auditor CEMC.
12	Hélio Gonçalves da Silva, Major do Exército Português. Auditor CEMC.
13	Luís Manuel Coelho Fernandes, Major do Exército Português. Auditor CEMC.
14	Nelson Miguel Gonçalves Ferreira, Major do Exército Português. Auditor CEMC.
15	João Daniel Gaiosso Fernandes, Major do Exército Português. Auditor CEMC.



Apêndice C — Problemáticas e dimensões utilizadas na entrevista

Problemática	Dimensão	Subdimensão	Tópico/Pergunta	Informação Pretendida
Legislação e status jurídico em OMP	Legislação	Regulamento	O regulamento das OMP é adequado as necessidades específicas da missão	Validar se a regulamentação se adequa às características da missão
			Pontos fracos do regulamento e aspetos a melhorar	Descobrir quais são os pontos fracos da legislação, se os regulamentos são apropriados e determinar se é necessário introduzir mudanças.
		Status jurídico	O <i>status</i> jurídico da FMD é adequado	Determinar o <i>status</i> jurídico dos militares nas OMP
Estratégia de Segurança Espanhola	Regulamento	Defesa	Caraterísticas da ESN Espanhola	Validar as caraterísticas da ESN espanhola especialmente no que diz respeito a la luta contra o terrorismo <i>jihadista</i>
		Segurança		
		Terrorismo <i>Jihadista</i>	Perceção da ameaça <i>jihadista</i> em Espanha	Analisar a perceção da ameaça relativa ao terrorismo de corte <i>jihadista</i>
			Posição de Espanha perante o terrorismo <i>jihadista</i>	Validar a posição de Espanha na CI perante o terrorismo <i>jihadista</i>
Participação das Forças Militares	Cenário do Afeganistão	Participação das FMD	Efeitos da participação das FMD na missão de manutenção da paz	Valorizar a participação das FMD relativamente aos objetivos estratégicos das OMP.
		Ações terroristas	Caraterizar as ações terroristas no cenário	Analisar as características das ações terroristas no Afeganistão.
		Setor de Segurança	Categorizar os elementos da RSS	Analisar os elementos que configuram o setor de Segurança e o procedimento de reforma.



Ações terroristas	Contributo das Informações	Informações de apoio as FMD	Como apoia as Informações aos cometidos das FMD	Validar os efeitos das Informações sobre ação das FMD
		COIN	Como se estabelecem os cometidos de COIN no que se refere as Informações	Contributos identificados sobre COIN das Informações
		Operações de Informações e contrainformações	Como se configura a operativa das Informações	Examinar a operativa das Informações nas OMP
Participação da Guardia Civil na luta contra o terrorismo jihadista	A GC na reforma setor de segurança	Formação	De que forma participa a GC na formação dos policiaos afegãos	Examinar a participação da GC na RSS, nomeadamente na formação das FFSS afegãos.
	<i>Force Protection</i>	Medidas	Quais som as atividades que têm como objetivo minimizar a vulnerabilidade	Validar as atividades de <i>Force Protection</i> .
	Preparação previa ao deslocamento	Formação	Como se configura a formação que os membros da GC recebem antes de serem destacados no TO	Determinar adequabilidade da formação e preparação prévio no deslocamento, nomeadamente no âmbito de combate ao terrorismo das OMP



Apêndice D — Guião da entrevista

Identificação⁴⁶ (não preencher se desejar anonimato)

Nome			
Posto		Função	
Unidade			
Anos de experiência no comando de unidades operacionais			

Pergunta

1. Qual (ais) o(s) TO⁴⁷ onde esteve empenhado? Considera que a sua acção foi limitada em alguma situação devido ao regime jurídico da operação? Em caso afirmativo, descreva sucintamente a situação.
2. No seu entender, quais são os aspetos fracos e pontos a melhorar relativamente ao regulamento jurídico que caracteriza as OMP?
3. Considera que as características da Estratégia de Segurança do seu país contra o terrorismo *jihadista* satisfazem as necessidades perante esta ameaça?
4. Considera adequada a posição do seu país em torno da CI sobre a ameaça *jihadista*? Em caso negativo, que aspetos melhoraria.
5. Realizou no TO tarefas de INTEL ou COIN? Em caso afirmativo, indique quais e se considera acrescentar alguma consideração a este respeito.
6. Em relação às operações de INTEL e COIN, considera que a função operativa se efetuava corretamente por parte dos seus responsáveis? Considera útil o seu trabalho de apoio as FMD? Em caso negativo, especifique os aspetos a melhorar.
7. Qual foi o grau de integração e de trabalho experienciado com outras unidades das Forças Armadas de outros países e que aspetos seriam melhoráveis? (i.e. coordenação de operações, integração das unidades tipo gendármicas⁴⁸, com uma unidade INTEL, difusão e tratamento de informações, etc...)
8. Considera que durante o tempo em que esteve destacado no TO, a sua integridade física foi colocada em perigo? Em caso afirmativo, se possível, mencione em que situações e o que poderia ter sido feito para minimizar esses riscos.
9. Quais os aspetos que considera ser mais importantes da FP para minimizar a vulnerabilidade das FMD? Adicione qualquer elemento de melhora que considere.
10. Que ações realizavam as FMD empenhadas no TO para estabilizar o país e formar as Forças de Segurança (FFSS)? Mencione, se possível, os erros identificados na atuação, assim como outros aspetos que se relacionem com os efeitos das FMD, FFSS, Forças Armadas, bem como a sociedade civil a que estava a prestar assistência.
11. Considera adequada a forma como foram realizados os trabalhos de formação e/ou de orientação do sector da segurança (responder exclusivamente se foram realizadas tarefas de formação, ou de orientação à polícia afegã).
12. Considera que a formação e a preparação antes da missão foram adequadas e suficientes? Em caso negativo especifique os aspetos de melhora.
13. Durante a missão fez uso das competências adquiridas na formação frequentada durante a fase de aprontamento? Em caso afirmativo especificar a ocasião.

Adicione outros comentários que considere oportunos em relação ao tema do presente questionário, nomeadamente os contributos da INTEL para apoiar as ações das FM em TO, ou as ações terroristas propriamente ditas que sofreu no TO.

⁴⁶ Embora a mesma seja destinada aos membros da *Guardia Civil* (GC) é extensiva a outras componentes de GNR e dos Exércitos de Portugal e Espanha, com a intenção de obter padrões de resposta.

⁴⁷ Nomeadamente o Afeganistão e extensivo a outros TO com o intuito de obter padrões de resposta.

⁴⁸ GC, GNR, *Carabinieri*, *Gendarmerie*...



Apêndice E — Análises de entrevistas

O questionário anterior é dirigido fundamentalmente a pessoal que participou em OMP, e concretamente, em cenários onde há atividades terroristas insurgentes de caráter *jihadista*.

O objetivo do questionário é analisar as variáveis, que foram definidas em função de cada um dos objetivos da investigação, em perguntas concretas que forneçam informação resultante de pessoal com experiência no TO de Afeganistão ou outros TO no marco de uma OMP.

Deve ter-se em conta que o questionário foi enviado a 15 pessoas (8 Oficiais da GC, 1 Oficial do Exército de Espanha e 6 Oficiais do Exército Português). Há que estar consciente de que a população de referência não é totalmente significativa. No entanto, e por serem úteis para o inquérito, as suas respostas foram tidas em conta para levantar conclusões ao cenário apresentado.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO PESSOAL ESPANHOL⁴⁹

1. 100% dos entrevistados manifestam que as atividades se regem por as ROE, e que todas as situações se encontravam regulamentadas, não sendo limitada nenhuma ação.

2. 100% do pessoal considera que devido as características das OMP (limitação do uso da força aos casos da legítima defesa do pessoal, bem como à força mínima necessária para o cumprimento da missão), há certas situações regulamentadas que podem levar a certa vulnerabilidade para a Força atuante. A modo de exemplo, foram levantados os ataques em que os terroristas utilizam como escudos humanos as crianças, ou os ataques que são efetuados pelas próprias crianças. Assim, a fim de evitar possíveis repercussões, o pessoal deve ter muito claro todas as ROE aplicáveis no TO, contudo podem ocorrer situações não descritas nas ROE.

3. 50% do pessoal entrevistado desconhece as características ou regulação da ESN espanhola. O resto de pessoal considera que a ESN se encontra perfeitamente atualizada e foca-se nas principais ameaças e riscos que a Espanha pode ter, e que, portanto satisfaz as necessidades perante o terrorismo *jihadista*.

4. Há unanimidade da resposta nesta pergunta. O pessoal considera que a posição de Espanha perante o terrorismo, quer no âmbito de segurança quer no âmbito da defesa, está alinhada com os seus interesses, mas também com os interesses dos seus aliados. O terrorismo sendo um problema de cariz transnacional deve ser combatido onde quer que esteja a acontecer, tal e como Espanha e seus aliados estão a fazer.

5. 55% do pessoal entrevistado tem participado em labores de INTEL e ninguém em labores COIN.

No que respeita os labores de INTEL, para um 44% do pessoal, os mesmos se circunscrevem as próprias do âmbito da RSS (é o pessoal da GC que participou). Neste âmbito se estabeleciam relações com líderes tribais, autoridades locais, população civil e , sobretudo com as próprias FFSS que estavam a treinar e tutelar. A sensação do pessoal envolvido nestes labores é que há muita mais informação que poderia ser obtida se se levasse um planeamento e se implementasse uma metodologia sobre as necessidades de Informações tanto próprias quanto da coligação. Assim, somente realizavam tarefas genéricas de Informações, dentro das tarefas próprias da PM, tais como a observação dos trabalhadores afegãos dentro da base ou entrevistar àqueles que queriam ter acesso às instalações.

Para o restante 11% de pessoal, os labores foram como analistas da célula ENID da Base espanhola em Herat. Sua missão consistia em fazer análises de riscos com as Informações levantadas pelas células de Informações nacionais, assim como outras Informações levantadas pelo resto da FMD. Na sua rotação, responde que em contadas ocasiões retroalimentaram com as necessidades de Informações ao pessoal das NIC, e ainda menos ao pessoal da GC ou outras unidades. Quer dizer, o ENID estabelece-se como uma unidade de análise e difusão ao Comando, mas as necessidades do Comando não eram canalizadas pelo ENID, de qualquer forma se canalizavam mediante relações bilaterais com outros membros da coligação o com os Comandos das unidades dependentes, o que é um sinal claro de que os procedimentos e canais de tratamento das Informações não estão sendo bem realizados (ascendente, descendente e lateral), talvez por falta de sistemas de tratamento das Informações, talvez por erro processual ou por uma mistura de ambos.

6. Nesta pergunta o pessoal considera as Operações de INTEL de suma importância para o apoio às operações e segurança das FMD próprias e da coligação, contudo se identificam pelos entrevistados com experiência no âmbito de INTEL e Informações os seguintes aspetos a melhorar:

- A troca de informações tem de ser efetiva entre todas as Forças da coligação e entre as FMD de cada país que sejam ou possam ser afetadas, para isso, é prioritário a criação de um software que proporcione em tempo e forma oportuna e avaliada as Informações em condições de segurança e confidencialidade.

- Considera-se necessário que se possam estabelecer canais operativos de informação laterais (ao mesmo nível) obviamente com o conhecimento do Comandante da Força. Estes canais podem ser pelo seu imediato, através de mensagens instantâneas. No caso de informações críticas, se o Comando não dispuser das Informações necessárias com que decidir, não se encontra localizável ou não dispõe de elementos de decisão suficientes, estas mensagens instantâneas podem permitir que as unidades extremem as precauções antes de uma decisão definida. Embora o pessoal em TO esteja consciente de que pode ser alvo de um ataque terrorista

⁴⁹ Neste caso todos os entrevistados estão a falar do Afeganistão.



em qualquer momento ou circunstância, não é menos certo que a tensão permanente não pode ser exercida, já que se cairia num maior risco, o da fadiga do pessoal.

7. O pessoal entrevistado com experiência no Afeganistão responde que o grau de integração e de trabalho experimentado com outras unidades das FFAA espanholas e dos países da coligação tem sido muito proveitoso e enriquecedor. Como aspeto a melhorar volta a sair o tratamento/partilha da informação e a difusão/partilha de Informações entre/com unidades, sejam nacionais, sejam de outras Forças. Os entrevistados comentam a modo de exemplo casos onde às unidades deslocadas no terreno sabem primeiro que determinado incidente ocorreu pelos meios de comunicação antes dos próprios canais de comunicação, o que gera certa desconfiança em que se está fazendo, e é revelador de que a função INTEL não está a correr bem.

8. Todo o pessoal que participou como formador ou mentor das FFSS afegãs responde a mesma coisa. O simples facto de estar exposto a essas Forças, ainda que se suponha que sejam afins, acarreta riscos inerentes à própria infiltração dos insurgentes, bem como à recolha de Informações sobre todos os movimentos ou atividades suscetíveis de serem utilizados contra.

Coloca-se como exemplo o ataque terrorista sofrido pelo Capitão Galera e o Alferes Leôncio da GC, onde a resultas deste ataque morreram, quando realizavam trabalhos de treino, os próprios membros das FFSS afegãs. Neste caso, considera-se que, se tivessem sido disponibilizados elementos de Informações eficazes para prevenir ou, pelo menos, saber das relações do agressor com a insurgência, esse ataque teria sido evitado ou, pelo menos, teriam sido estabelecidos protocolos prévios de ação terrorista na formação, tal como foram estabelecidos uma vez ocorrido esse atentado.

9. Nesta pergunta não há uma resposta uniforme, todas as pessoas consideram que o fator mais importante da FP a ter em conta para minimizar a vulnerabilidade das FMD é a disponibilidade de Informações precisas e oportunas sobre possíveis ações. Contudo os contributos são:

- Dispor em todo momento dos meios materiais adequados. A modo de exemplo, podemos mencionar os *UAV*, já que são uns elementos precisos neste TO.

- Estar perfeitamente coordenado com o resto das Forças da coligação, a fim de coordenar-se diante de possíveis situações ou ações levadas a cabo pelos insurgentes.

10. Os labores mais importantes versavam sobre a RSS. Sendo estes as seguintes: Treino em técnicas policiais, escolta de comboios e VIP, patrulhamento policial, investigação criminal, utilização de armas de dotação, labores de polícia judiciária (investigações criminais), detenção de prisioneiros, procedimentos de combate ao crime organizado e Informações, serviço fiscal entre outros. O pessoal da GC entrevistado reconhece e valoriza fortemente todas as atividades feitas por as FFAA, tanto as ações de combate como o resto de Treino, Aconselhamento e Formação as FFAA afegãs, já que sem eles não se podia realizar a missão de nenhuma das maneiras.

11. Todo o pessoal entrevistado que fez tarefas de RSS considera adequada a forma como foram realizados os trabalhos de formação e/ou de orientação. Contudo, há aspetos que devem ser tidos em conta, como pode ser o facto de que o sistema de segurança que se estava a formar não foi apoiado por um sistema de justiça credível, isto é assim por causa da idiossincrasia dos territórios, onde cada líder tribal mantinha sua área de influência na população como responsável pela aplicação da justiça, o que indubitavelmente, gerava desconfiança entre as populações originárias de diferentes etnias.

12. Todos consideram que a fase de preparação da GC é bastante completa e proveitosa, inclusive propõem aumentá-la, incrementando-se assim as teóricas e práticas de instrução operacional ministradas no CAE, já que a formação ministrada neste centro é considerada de extrema utilidade para as missões no TO.

Consideram de extrema importância receber formação por parte do SIGC, com a qual dotar o pessoal de noções básicas sobre a ameaça do terrorismo *jihadista*. Esta formação poderia incidir sobre a obtenção e tratamento de Informações relacionadas com a ameaça, bem como a elaboração de Informações básica referida à mesma.

Quanto à formação ministrada por parte das FFAA, a resposta por parte daqueles que receberam é que poderia ser melhorado, uma vez que era muito genérica e dependente de atores externos, considera-se de extrema importância que todos os componentes com missões de patrulhamento adquiram os conhecimentos de procedimentos táticos de saúde.

13. Em maior ou menor medida todos desenvolveram os conhecimentos recebidos, mas o que foi mais útil foi a experiência pessoal de cada um. No âmbito da RSS, 75% do pessoal entrevistado julga que também existem situações não previstas na formação prévia, especialmente todas as relativas às questões culturais e costumes, se não são conhecidas previamente podem implicar sérios problemas por serem consideradas ofensas para o pessoal que estão a formar.

Outros comentários o contributos.

Aqui, uma pessoa entrevistada indicou o seguinte: "Do meu ponto de vista, é muito difícil obter padrões sobre a forma correta de atuar ou de preparar a participação do contingente da GC enquadrada no seio de uma OMP, tudo isto devido à grande autonomia do General Chefe do Contingente para atribuir tarefas ou estruturar as unidades segundo seu parecer. Por outro lado, é de notar que uma mesma Operação pode variar muito as



suas circunstâncias num muito curto espaço de tempo como consequência da deriva social que tome o lugar de desenvolvimento, a evolução da situação policial do território ou um incidente específico resultante de uma má conduta do pessoal da Operação”.

As pessoas entrevistadas que participaram no TO e com experiência no SIGC destacam que “deveria ser reforçada a relação Informações militar e Informações policial ou de segurança (no que diz respeito ao terrorismo *jihadista*), já que se se estabelecessem protocolos poderia-se estabelecer um organismo que tirasse proveito das experiências e conhecimentos por ambas as partes e desta forma potenciar a obtenção e a elaboração/difusão de Informações com as quais ajudar à decisão do Comando e ao mesmo tempo preservar a integridade e segurança das próprias forças”.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO PESSOAL PORTUGUÊS⁵⁰

1. Todos os entrevistados manifestaram que as atividades e ações estavam documentadas e previstas nas ROE implementadas. As atividades foram limitadas pela realidade que existia na altura no TO em questão, bem como as associadas à própria missão.

No entanto, em missões não lideradas pela NATO, o parecer é bem diferente e o pessoal com experiência nestas missões manifesta que o regime jurídico era inexistente o muito limitado com a realidade. um exemplo disto: *European Union Training Mission (EUTM) Mali*, com pouco enquadramento a nível de ROE.

2. Há 33% do pessoal entrevistado que manifesta que desconhece os pontos fracos e as opções de melhoria das OMP, o que diretamente, não tem conhecimento para levantar opiniões sobre o assunto. Por outro lado, há pessoal que considera essencial que uma determinada Força, tenha acesso em permanência ao apoio de um *Legal Advisor*, como elemento de Estado-Maior no apoio à decisão do Comandante. Especificamente em OMP, e também, é necessário definir que ataque ou ações podem ser repelidas através do uso de armas de fogo, embora sejam ações violentas das forças opositoras que não façam uso de armamento e que coloquem em causa a vida ou a segurança das forças próprias.

3. Nesta pergunta 50% do pessoal entrevistado manifesta que desconhece qual é a Estratégia, 33% diz que para Portugal no TO Afeganistão a Estratégia contra o terrorismo estava alinhada com a NATO (combater o terrorismo internacional), e restante 17% considera que a estratégia de defesa e segurança, vertida no documento designado de “Conceito Estratégico Militar”, está muito limitado às questões de defesa.

4. 83% do pessoal considera que Portugal, desde a consciencialização mundial que surgiu após os ataques de 11 de setembro, fez o que estava ao seu alcance no sentido de ajudar ao combate contra o terrorismo.

Como aspetos de melhora considera-se que todas as forças têm de melhorar o nível da fusão e partilha das Informações. Quer as Forças de segurança quer as FM.

O restante 17% de pessoal não da resposta à pergunta.

5. 83 % do pessoal entrevistado não tem participado em labores de INTEL ou COIN. 17% restante diz que as tarefas de INTEL foram as que se encontram associadas a um Oficial de Transmissões, aquando da disponibilização e implementação de sistemas que permitam a aquisição de INTEL, nas suas mais variadas formas. Bem como a implementação de outro tipo de sistemas de modo que o Oficial de Informações fosse capacitado para se interligar a comunidade INTEL que identificou, como mais proveitosa para ele e para a missão.

6. 60 % do pessoal considera que a função operativa efetuava-se corretamente nos âmbitos INTEL e COIN e que esta foi útil e bastante proveitosa para todos os intervenientes. Contudo, expõem-se estes aspetos a melhorar:

Portanto, considera-se que deveria existir um investimento na área da INTEL e COIN em termos de formação e treino especializados para quem desempenhe funções nesta área. De igual forma, julga-se importante o acesso e integração de sistemas que permitam a integração e partilha de Informações às entidades competentes e em tempo oportuno, considera-se que esta função operativa na maioria das vezes não se efetuava corretamente, pelo facto de as entidades competentes saberem primeiro que determinado incidente ocorreu pelos órgãos de comunicação, o que é um forte indicador de que INTEL não era efetuado corretamente.

O restante 40 % de pessoal considera que as células INTEL nacionais forneciam os mesmos produtos que os levados pelos *INTSUM* da NATO.

7. 83% do pessoal entrevistado considera que a questão do apoio mútuo entre os diversos países presentes no TO, seja de FFAA, ou de FFSS, foi bastante proveitosa para todos, e também que a interligação entre os diferentes ramos funcionou bastante bem em ambiente internacional.

Considera-se que o grau de integração está bem definido na legislação nacional em vigor. Porém, na prática julga que existe a necessidade de maior cooperação, formação e treino, por forma a tornar, mas assertiva esta integração. Portanto, considera-se que a nível nacional ainda existe um longo caminho a percorrer no que diz respeito à integração de Informações.

⁵⁰ O 100% pessoal entrevistado pertence ou pertenceu aos Comandos ou Operações Especiais.



8. 100% do pessoal manifesta que sofreu algum ataque, estes vão desde ataques complexos como pode ser a ocupação por parte dos Talibãs de 2 posições estratégicas fora do campo e o ataque no interior com espingardas automáticas, metralhadoras e RPG, lançamento de rockets, as clássicas emboscadas e os riscos constantes de IED nos movimentos. O pessoal afirma que se implementavam ações para minimizar esses riscos no aspeto de FP.

Há unanimidade em considerar a importância da INTEL, os relatórios dos dias anteriores apontavam a possibilidade de ataques, e de facto foram tomadas medidas para mitigar os eventuais efeitos, essas medidas traduziram-se em minimizar os deslocamentos entre posições dentro do campo e efetuar deslocamentos para o exterior da Base apenas quando extremamente necessários e com a autorização do Comandante do Campo, o que obrigava os Comandantes dos vários contingentes a justificar a necessidade de saída.

Contudo, a maioria do pessoal considera que os ataques não previstos, tendo em conta a situação que foi, identifica-se a questão de Informações compartilhadas como opção que pudesse minimizar o risco.

9. 100% do pessoal considera que há aspetos de melhora desde o início do aprontamento da Força.

Considera-se que o treino conjunto no aprontamento foi curto e os militares da FP que iam garantir proteção, alguns de eles não se lembravam de como pegar numa arma. Considera-se mais importante é haver bastante treino em conjunto, e toda a gente estar bem preparada individualmente e depois em conjunto. Todos têm de saber exatamente como reagir em situações críticas e toda a gente tem de saber quem manda naquele local, independentemente do posto, o que demonstra que a unidade responsável pela FP pode estar bem treinada, mas se o resto de contingente não souberem reagir bem pode ser letal para a Força. Salientar também a importância de um cumprimento das orientações e regras e posturas de proteção definidas pelo escalão superior.

Todo o pessoal dá importância a um material, equipamento e armamento adequado para o TO, tendo-se em conta as características da ameaça. Um exemplo disto é o uso de metralhadoras nas torres/torretas das viaturas do estilo “*Unmanned Machine Gun Turret*”.

De igual modo, todo o pessoal atribui importância à formação prévia e ao intercâmbio de experiências. A título de exemplo, um entrevistado comentou que como Comandante de grupo de combate, frequentou o *Counter-Improvised Explosive Devices Train the Trainers Course* em Hohenfels, Alemanha. O que permitiu replicar a formação em TN e preparar a Força para tomar as medidas preventivas para defrontar/encarar esta ameaça. Foram criadas Normas de Execução Permanentes, atualizadas TTP. E no âmbito de material esta experiência promoveu a aquisição de *Jammers*.

10. De forma resumida são ações de combate (operações/ações ofensivas, patrulhas, *Force Protection...*), ações de *Training, Assistance and Advise* e também apoio à população e governação.

O principal erro detectado é fornecer o material às Forças afegãs, em vez de ensinar a metodologia, ou seja, por vezes para que surjam resultados a curto prazo atalha-se caminho e compromete-se a longo prazo, as Forças apoiadas devem desenvolver sua própria autonomia passo a passo.

11. 100% do pessoal responde que sua missão não se enquadrava nesse contexto.

12. 66% do pessoal considera que a formação e a preparação antes da missão foram adequadas e suficientes até porque Portugal tem vindo a implementar melhorias bastante significativas nas ações de aprontamento, quer de Forças constituídas, quer de elementos nacionais destacados. No entanto, há um 34% de pessoal que não considera suficiente a preparação, e acrescenta os seguintes condicionamentos, por exemplo: Os condutores que foram para a missão, não tiveram oportunidade de treinar e conduzir a viatura HMMVE. O primeiro contacto efetivo com a viatura foi no TO. Só foi possível assegurar 15’ de adaptação à viatura em TN, e também o referenciado com anterioridade na pergunta 9 para o caso da FP.

13. 100% do pessoal concorda que todos os dias da missão fez uso das competências adquiridas na formação da fase de aprontamento, já que este aprontamento foi orientado para a missão porque o mandato e as ordens para a missão estavam bem definidos. Contudo, reflete-se a questão da INTEL, sobre a situação atual, passada para os militares sobre o TO, que são bastante importantes e utilizadas por todos. Outra questão foi a ausência de preparação linguística e das barreiras culturais.

Outros comentários ou contributos.

Uma pessoa entrevistada fez este contributo; “relativamente à relação entre a comunidade de INTEL num ambiente internacional, apresentou-se como bastante proveitosa, mesmo que um dos grandes entraves que se nos foi colocado, foi a questão da preparação de sistemas classificados para uso em missões. A maioria das vezes não são acautelados sistemas com a devida classificação de segurança, que permitam o acesso a sistemas nacionais (ou outros), que em muito poderiam contribuir para a missão, sendo esta questão ultrapassada, através de um grande esforço e imaginação de todo o Estado-Maior”.

Outro contributo é o seguinte; “considera-se que neste TO a Força poderia ter um Centro de Operações Terrestres mais reforçado por forma a permitir um melhor acompanhamento das forças no terreno. Houve um esforço para melhorar a compreensão situacional, nomeadamente a criação de uma base de dados com a localização de todos os incidentes de IED, e a sua localização geográfica no ISAF *Force Tracking System*. Foram utilizados meios alternativos como computadores com Software *Falcon View* e cartografia digital com fotografia aérea e respetiva integração de informação pertinente”.



Apêndice F — Infografia das missões internacionais das Forças Armadas espanholas

A nível operacional há que destacar por ser o tema do presente trabalho de investigação, a participação de militares espanhóis em OMP, o que reflete de forma mais decidida o esforço das FFAA e da GC como estruturas essenciais da DN para enfrentar-se a ameaça *jihadista*, já que estas Operações ajudam os países onde há presença de atores terroristas, a combater estes grupos que assolam os seus territórios e poder alcançar a capacidade de fazê-lo com os seus próprios recursos.

Atualmente, Espanha participa nas seguintes missões:

- UE: *European Union Force (EUFOR) ALTHEA*, *EUTM-Mali*, *EUTM-RCA*, *European Union Naval Force - Mediterranean (EUNAVFORMED) Sophia*, *European Union Naval Force (EUNAVFOR) Atalanta* e *EUTM-Somália*;
- NATO: RS no Afeganistão, *ACTIVE FENCE* em apoio à defesa aérea da Turquia, *ACTIVE ENDEAVOUR* no Mediterrâneo, *ENHANCED FORWARD PRESENCE* de polícia aérea no Báltico, *NATO Ballistic Missile Defense* iniciativa de defesa contra mísseis balísticos, *Standing NATO Maritime Group (SNMG)* e *Standing NATO Mine Countermeasures Group (SNMCMG)* onde se apoiam as capacidades da NATO na crise dos imigrantes sírios e reforça-se a vigilância marítima no Báltico);
- NU: *United Nations Interim Forces in Lebanon (UNIFIL)* no Líbano e a *MISSÃO ONU* na Colômbia;
- Apoio bilateral à França: Operação *BARKHANE* no Mali e a missão de estabilização na República Centro-Africana;
- Segurança cooperativa: em Cabo Verde e Golfo da Guiné, Mauritânia, Senegal e Tunes. Além disso, Espanha participa ainda na coligação internacional contra o *Daesh* no Iraque, proporcionando instrução e treino às FFSS de Iraque.

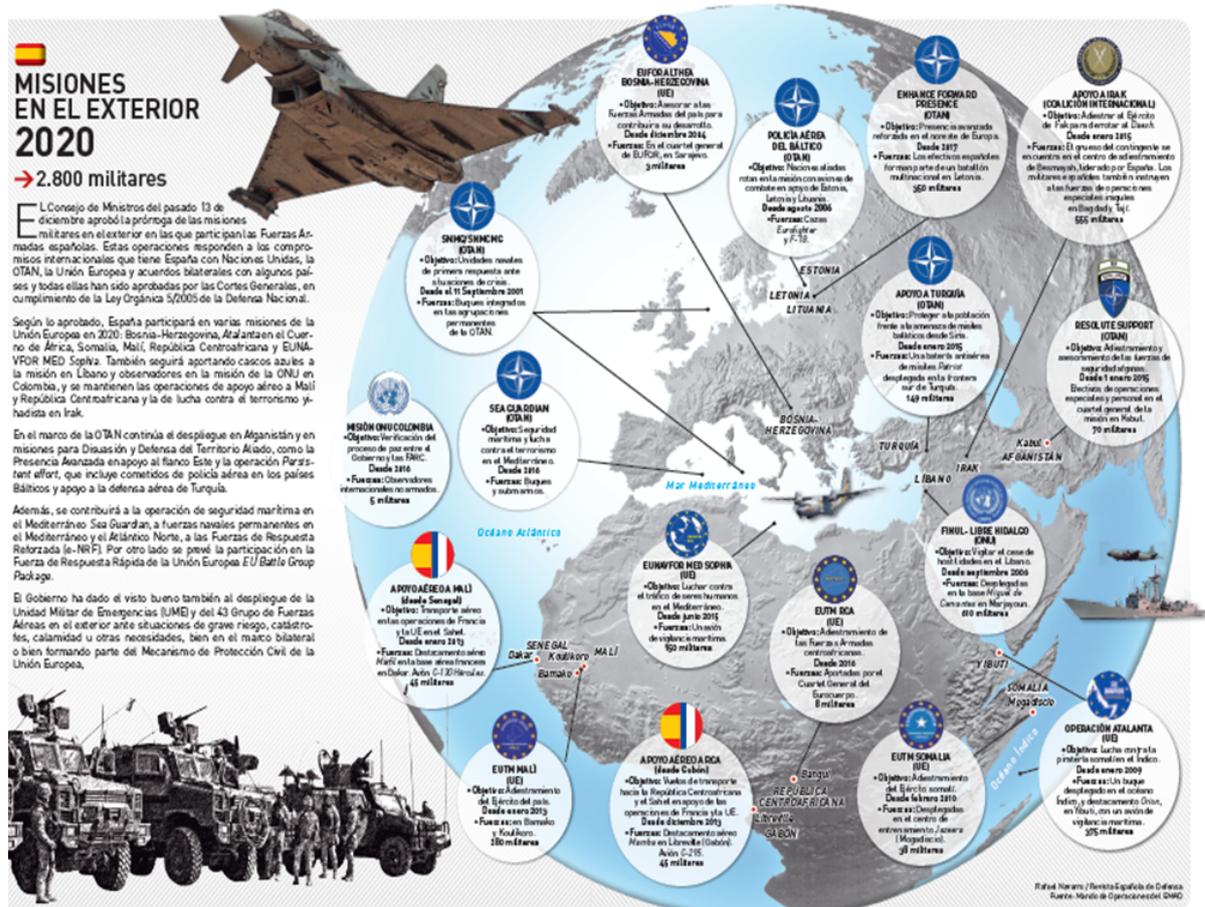


Figura 8 – Infografia das missões internacionais das FFAA espanholas

Fonte: Disponível em <https://www.defensa.gob.es/Galerias/gabinete/red/2020/01/infografxa-misiones2020.pdf>



Apêndice G — Ciclo das Informações nas Operações Contrainsurgência

Nas operações COIN a aplicação do Ciclo das informações⁵¹ é extremamente necessária, mas dentro do ciclo, as fases de obtenção e elaboração receberão uma especial atenção e análise neste apêndice.



Figura 9 - Ciclo das Informações

Fonte: Adaptado a partir de CNI (2020).

Obtenção.

As Informações na luta contra o terrorismo e a insurgência possibilita a realização de operações a curto prazo onde os planos dos insurgentes são neutralizados, o inimigo eliminado e as células insurgentes desmanteladas. No entanto, numa luta a longo prazo, a eficácia neste tipo de Operações é o oposto de Operações curtas e rápidas, já que o que se persegue é uma ideia clara das atividades terroristas ou insurgentes, e seus planos a longo prazo.

Para Armenteros Diéguez (2016), a fase de obtenção é uma das mais importantes para a célula ou unidade designada à missão. Esta fase deve contar com um plano de obtenção, tanto global como parcial, o qual se irá modificando e/ou ampliando durante o transcurso da missão. Além disso, deve ser sempre adaptada às circunstâncias e aos meios disponíveis.

Na obtenção, para García Cantalapiedra & Díaz Matey (2008), os diferentes tipos de Informações necessárias para conduzir com sucesso operações COIN são:

a. Informações humanas (HUMINT). Nestes conflitos as Informações de origem humano desempenham um papel crucial, já que é a fonte principal de informação, quer por meio de relatórios, quer reuniões, entrevistas, observação direta, etc., procedentes de diferentes âmbitos: grupos insurgentes, Forças e autoridades do país anfitrião, além das OI, etc. Além disso, quanto maior forem estes âmbitos informativos, melhor será a informação obtida.

Igualmente, há locais onde a Força deslocada não chega, por isso é importante contar com a informação da população civil (Petraeus, 2006).

b. Informações sobre sinais (SIGINT). “É a proveniente da obtenção e exploração das emissões ou sinais eletromagnéticos do adversário” (Prieto del Val, 2014, p.14). A obtenção destas Informações é uma fonte para conhecer as posições, intenções, recursos e moral da insurgência. Ao que se deve acrescentar sua utilidade para confirmar ou desmentir os relatórios da HUMINT e pode ser a principal fonte de Informações em zonas altamente controladas pelos insurgentes (Mando de Adiestramiento y Doctrina, 2008).

c. Informações de imagens (IMINT). “É a imagem obtida por sensores terrestres, navais, aéreos ou espaciais” (Prieto del Val, 2014, p.15). As Informações de imagens podem ser usadas para conduzir a vigilância de lugares seguros para a insurgência. Da mesma forma, é também importante na vigilância de movimentos de pessoal e recursos materiais, que podem ajudar a determinar onde é melhor intervir.

d. Informações de fontes abertas (OSINT). São as Informações obtidas a partir de informação pública disponível ou de acesso público limitado, mas que não está classificada (Prieto del Val, 2014). As Informações de fontes abertas são muito importantes neste tipo de conflito, pois são uma ferramenta valiosa para entender o ambiente do cenário de conflito e entender o possível apoio da população aos insurgentes (García Cantalapiedra & Díaz Matey, 2008).

Elaboração.

A elaboração vai dar sentido à informação obtida, já que graças a ela vai obter Informações, ou seja, um produto analisado, processado e verificado. Deve-se ter em conta que a elaboração de Informações em COIN é difícil, devido à necessidade de compreender estas culturas, a natureza da insurgência e sua tendência a mudar no tempo.

Um bom produto fornece ao Comando da Operação o conhecimento sobre: “a organização insurgente, a liderança insurgente, os pontos chave na organização insurgente, estratégia, tática e motivações dos insurgentes, vínculos dos insurgentes com a comunidade” (Mando de Adiestramiento y Doctrina, 2008).

⁵¹ Este é o termo usado para descrever o processo pelo qual a informação é obtida, elaborada e comprovada para gerar Informações, e posteriormente distribuída aos usuários que possam necessitar.



Apêndice H — Análise da participação da *Guardia Civil* no Afeganistão

Desde sua incorporação à missão ISAF, em 1 de julho de 2005, até a conclusão da participação da GC na missão RS, em 27 de outubro de 2015, a contribuição concretizou-se de diferentes maneiras; inicialmente, através de Unidades de PM em apoio aos contingentes das FFAA espanholas destacadas no Afeganistão e, posteriormente, também através de equipas de instrutores, mentores e assessores das FFSS afegãs.

1) Missão Civil EUPOL.

A missão da EUPOL criada em 2007, tinha por objetivo apoiar as autoridades afegãs na sua missão de garantir a segurança dos cidadãos e a ordem pública. Esta era uma missão civil, que fazia parte da panóplia da Política Comum de Segurança e Defesa, e que faz parte do compromisso global da UE para com o Afeganistão, naquela altura era dirigida pela Delegação da UE em Cabul.

Esta missão apoiava um processo de reforma através da criação de uma polícia que atuava em conformidade com os princípios democráticos do Estado de direito e o respeito dos direitos humanos. O mandato da EUPOL foi prorrogado pelo Conselho da UE até 31 de dezembro de 2016, momento em que finalizou a missão. (EUPOL Afghanistan, 2019).

O pessoal pertencente à *Unidad de Acción Rápida* (UAR)⁵², desempenhou funções de escolta do Representante Especial da UE para o Afeganistão, durante dois anos. No seio da missão da EUPOL, participaram 17 membros da GC de diversas especialidades. A GC deixou de participar nesta missão em 2014.

2) Missões militares da GC.

De acordo com o Real Decreto nº. 1438/2010, de 5 de novembro, relativo às missões de carácter militar que podem ser confiadas à GC, as missões de PM serão diferenciadas por um lado, as quais são realizadas pela GC em todas as Operações internacionais das FFAA espanholas onde está implantado um contingente com funções operacionais, e, por outro lado, as de formação da polícia afegã no âmbito da missão NTM-A.

Unidades da PM.

Nas Unidades da PM da GC participaram de um total de 165 *Guardias Civis*, os quais constituíram as especialidades policiais que se exigiam no *Operation Plan* (OPLAN)⁵³, de acordo com a doutrina NATO e das FFAA espanholas. Estas Unidades foram mobilizadas entre 2005 e 2015 em Qala i Now, Cabul e Herat, tanto na missão ISAF como na missão RS.

As tarefas da PM eram: *Provost Marshal*⁵⁴, escolta e proteção de autoridades civis e militares, polícia judiciária, resguardo fiscal, controle de armas, segurança rodoviária, trabalhos de informação, execução de planos de evacuação e de emergência, segurança interna e controlo das regras do regime interno (Gayoso Rey, 2014).

Formação da Polícia Afegã NTM-A.

A participação da GC nestas tarefas de formação e instrução das FFSS afegãs concretizou-se após a criação da NTM-A, na Cúpula da NATO de Estrasburgo-Khel, em abril de 2009, onde o Presidente do governo espanhol comprometeu-se a enviar 40 *Guardias Civis* em funções de formação e monitorização das FFSS afegãs. Há que ter em conta, nessa altura, o ambiente de insegurança que o Afeganistão vivia devido ao aumento dos ataques da insurreição talibã. Além disso, foi necessário contar com o apoio da Força de Gendarmeria Europeia (EUROGENDFOR)⁵⁵ para acelerar o processo de formação policial (Gayoso Rey, 2014).

⁵² Junto com a *Unidad Especial de Intervención*, constitui as unidades de Operações especiais na GC. A missão, que se desenvolve através das suas unidades subordinadas, é dupla, por um lado, a luta contra elementos terroristas e a execução de Operações que impliquem grande risco e requeiram uma reação rápida, dentro e fora do TN e, por outro lado, a especialização do seu pessoal e a realização dos cursos e das atividades formativas que lhe são confiadas. Obtido de www.guardiacivil.org

⁵³ Documento elaborado pelo Chefe do Estado-Maior da Defesa (CEMD), onde se recolhem todas as tarefas a desenvolver no planeamento da operação (PDC-3.14, 2019).

⁵⁴ É o título dado à pessoa encarregada ou chefe da unidade da PM, também é assessor de segurança do Comando.

⁵⁵ É uma Força de polícia multinacional pré-estruturada, robusta e com capacidade de reação rápida, composta por membros das Forças policiais com estatuto ou natureza militar. É projetada para cobrir todo tipo de atuações policiais através de uma polícia operacional e/ou apoio ao desenvolvimento de Forças policiais locais.

Gendarmeria significa uma Força policial com *status* militar. Os Estados Membros da EUROGENDFOR são França, Itália, Países Baixos, Polónia, Portugal, Espanha e Roménia. A Lituânia tem o estatuto de Estado parceiro é Turquia tem o estatuto de observador. Esta Força da Polícia pode atuar sob as ordens de uma autoridade civil ou sob o Comando militar, à disposição da UE, da ONU, da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa a NATO e outras OI ou coligações estabelecidas para o efeito (Eurogendfor, 2020).



No Afeganistão existem vários corpos de polícia que compõem a ANP (Gayoso Rey, 2014):

- Polícia Civil afegã (ACP, *Afghan Civilian Police*): é a polícia encarregada da segurança cidadã, é a mais numerosa.
- Polícia de Fronteiras afegã (ABP, *Afghan Border Police*): é a polícia de fronteiras que controla os pontos de fronteira e os aeroportos do país.
- Polícia Nacional Afegã de Manutenção da Ordem (ANCOP, *Afghan National Civil Order Police*): é a polícia mais especializada, à qual se confia a luta contra a insurgência, missões especiais, controle de massas, alterações da ordem pública.
- Polícia de Investigações Afegã (AACP, *Afghan Anti-Crime Police*): tem funções de Informações e investigação.
- Polícia Afegã de Proteção Pública (APPF, *Afghan Public Protection Force*): esta polícia seria assimilada à segurança privada em qualquer país ocidental, mas neste caso sob a direção e administração pública.

O destacamento da GC para a formação das FFSS Afegãs foi realizado em várias fases. Num primeiro momento, os Estados-Maiores da GC e do (CEMD) planeavam o possível destacamento das equipas *Police Operational Mentor and Liaison Teams* (POMLT) em Qala i Now; por sua vez, o EUROGENDFOR e a GC planeavam instalar-se num centro de formação policial, e tudo o que foi acima referido foi avaliado no terreno pelo Major (nessa época) da GC D. Jesus Gayoso Rey, deslocando-se em Cabul, que se tornou o primeiro componente de uma FFSS europeia a entrar para a missão NTM-A, como parte do novo organismo de assessoria das FFSS afegãs⁵⁶ (Gayoso Rey, 2014).

O primeiro destacamento da GC foi feito na POMLT em Qala e Now em abril de 2010, sob o Comando de um Tenente-Coronel, com 18 membros da GC. Entre abril de 2010 e setembro de 2013 foram implantadas 7 rotações que conformaram diferentes POMLT, com uma média de 22 componentes por rotação.

O episódio mais triste e lamentável foi em 25 de agosto de 2010, onde morreram a causa de um atentado terrorista perpetrado por Ghulam Shaki⁵⁷, ao Comandante (honorífico) D. José María Galera Córdoba e o Tenente (honorífico) D. Abraham Leoncio Bravo Picallo, componentes do primeiro POMLT, ambos destinados no CAE⁵⁸. A ação resultou igualmente na morte do intérprete Ataollah Taefy Khalili (Secretaria de Cooperación Internacional, 2015).

Os ministérios de Defesa e Interior concluíram que a sequência de fatos foi "premeditada e organizada", como consideraram as autoridades locais. O objetivo era matar os agentes e provocar a reação da população que efetivamente se produziu. Os talibãs pretendiam que os militares espanhóis repeliam a tentativa de assalto a tiros, mas finalmente a algarada foi sufocada por as FFSS locais, sem que se disparasse uma única bala desde o interior das bases espanholas (Secretaria de Cooperación Internacional, 2015).

Se tivesse ocorrido o choque armado, teria sido aberto um período de hostilidades e choques armados permanentes, que teria tornado ainda mais difícil a situação das Forças espanholas na zona e teria quebrado o difícil equilíbrio que a GC conseguiu em tempos manter com a população local (Secretaria de Cooperación Internacional, 2015).

As POMLT de Qala i Now concentraram a sua ação em diferentes linhas de ação:

- Atividades de assessoria no Comissariado Provincial da ANP, na execução de serviços, logística e pessoal. Realização de cursos e seminários de técnica policial dirigidos a comandos e agentes da província de Badghis.
- Aconselhamento policial em nível distrital. Realização das atividades de formação e assessoria das comissárias que compõem o distrito de Moqur.

⁵⁶ Denominado *Combined Training Advisory Group Police* (CTAG-P).

⁵⁷ Um talibã infiltrado, que trabalhava há cinco meses como condutor do chefe da polícia afegã na província, disparou com um AK47 contra eles, durante uma aula de formação a 47 policiais afegãos. O atentado ocorreu na antiga base espanhola em Qala-i-now, na província de Badghis, e os talibãs assumiram a responsabilidade imediatamente. Os nove GC presentes, responderam ao ataque e mataram o agressor.

Esta tática talibã de infiltrar-se já foi aplicada em diversas ocasiões nas Forças da ISAF, a modo de exemplo temos a morte de vários agentes da CIA quando um homem de confiança explodiu seu cinto de explosivos Obtido de: https://elpais.com/elpais/2010/08/25/actualidad/1282724217_850215.html

⁵⁸ É o centro onde é ministrado o ensino de aperfeiçoamento ao pessoal da UAR (é dependente de este) e ao restante pessoal da GC, bem como às FFAA e outros órgãos de segurança nacional e estrangeiro em técnicas policiais avançadas, em especial as relativas à luta contra o terrorismo e às Operações especiais. O curso ADE ou "Curso de Adestramentos Especiais" (com duração aproximada de 6 meses) permite um amplo espectro de Operações especiais, padronizadas com grande semelhança em natureza militar, para que os candidatos obtenham conhecimentos e destreza em tais campos.

Obtido de: <https://www.guardiacivil.es/es/institucional/serguacivil/centensenan/cae/index.html>



As POMLT, de Qala i Now terminaram em maio de 2013, coincidindo com a retração das FMD espanholas nesta cidade afegã. Em 2012 as POMLT passam a denominar-se *Police Advisor Team* (PAT). A GC colocou outra PAT mais em Herat, a primeira foi em Qala i Now, em novembro de 2011, devido ao pedido das FFAA espanholas e ao aconselhamento específico sobre a ABP do Oficial da GC na NTM-A. Esta PAT era constituída por 11 componentes, 5 dos quais eram especialistas fiscais e os restantes constituíam uma equipa de proteção. Sua missão foi aconselhar os polícias da ABP que trabalhavam no aeroporto civil de Herat, mediante:

- Aconselhamento a nível operacional, logístico, pessoal e planos para apoiar a execução dos serviços.
- Colaboração nas atividades de formação e desenvolvimento dos serviços diários próprios da Unidade em matéria de controle fiscal, segurança aeroportuária, controle de documentação e luta contra o narcotráfico e o tráfico de armas.

Esta missão da PAT terminou em abril de 2014.

Por último, no âmbito da formação à polícia afegã, a GC participou ativamente, com um total de 40 componentes, desde março de 2010 a abril de 2012, com uma equipa de instrutores da GC no âmbito da EUROGENFOR, em proporcionar formação policial aos alunos da polícia afegã no centro de treino localizado no Centro Regional Logístico em Mazar e Sharif, província de Balkh. Paralelamente, um Oficial da GC participou do planeamento, desenvolvimento e acompanhamento dos planos de instrução da polícia desde seu posto no Quartel Geral da NTM-A, em Cabul (Padilla & Castellanos, 2013, pp. 7-15).

Destacar que na maioria de ocasiões entre os componentes das equipas da GC há pessoal pertencente ao GAR (é a outra unidade dependente da UAR), e que a seleção, a formação e o treino dos seus membros destinam-se a levá-los até um limite físico e psicológico total. Assim, na seleção leva-se aos aspirantes até uma completa exaustão social, física e psicológica, pondo a prova o bem que pode chegar a trabalhar um homem em equipa sob uma intensa pressão mental e dor física (Rehecho, & Roper, 2016).

A instrução no CAE abrange matérias como:

Escalada, rapel, mergulho, manejo de explosivos, transmissões, orientação, sobrevivência, Evasão Resistência e Escape e de Busca e Resgate de Combate (SERE⁵⁹/CSAR⁶⁰), tiro instintivo, defesa pessoal, combate em populações e florestas, emboscadas, proteção de comboios, defesa de pontos sensíveis, resgate de prisioneiros, obtenção de informação, topografia (área muito metódica e indispensável integrada na unidade) entre outros (Rehecho, & Roper, 2016).

⁵⁹ É um acrónimo de *Survival, Evasion, Resistance, and Escape*, trata-se de um programa de treinamento para evitar capturas, habilidades de sobrevivência e o código de conduta das FFAA dos EUA.

⁶⁰ É um acrónimo de *Combat Search and Rescue* é uma operação aérea de salvamento que se realiza em condições de combate durante uma guerra, como o resgate de pilotos abatidos em território inimigo, para estas missões as aeronaves contam com armamento defensivo como metralhadoras, e elementos de proteção como blindagens, contramedidas eletrônicas, *chaff* e sinalizadores (García de la Cuesta, 2003).



Apêndice I — As Táticas, Técnicas e Procedimentos dos insurgentes no Afeganistão

1) Dispõem de bom conhecimento das táticas tanto em ofensiva (realizando ataques terroristas) como em defensiva (evitando-se os ataques contra as Forças próprias) do mesmo modo, pode-se considerar que manejam bem as armas de que dispõem e possuem boa disciplina de tiro, porém, variam as TTP com muita regularidade, alterando também as mesmas segundo a área de atuação. Este facto bala deve-se à falta de unidade de ação entre os diferentes grupos insurgentes e à permanente rotação devido às baixas sofridas, na qual os novos combatentes⁶¹ têm pouca experiência, estão mal equipados e seu conhecimento da zona e das táticas são reduzidas (Kilcullen, 2005). Por sua vez, os combatentes⁶² que vêm de outros lugares, tendem a atuar de forma independente dos da zona, fundamentalmente pelas dificuldades linguísticas e culturais (Sepp, 2005).

2) Conhecem excepcionalmente o terreno, o que lhe permite aproveitar ao máximo este fator. Ação após ação, verifica-se o uso de pontos de estrangulamento para conseguir dirigir e canalizar as Forças da coligação. Em função da época do ano e do estado das plantações, os insurgentes adequam sua forma de atuação. Por exemplo, se um campo de milho é alto e denso, os insurgentes sabem que a ISAF não pode patrulhar por esses terrenos, por sua vez, os campos de milho garantem uma excelente cobertura para mover-se e efetuar posições de fogo por parte dos insurgentes (Kiszely, 2006, pp. 16-18).

3) Em relação à sua organização, o número de combatentes empregados nas ações pode variar em função das características do próprio ataque. O mais comum é que em uma ação se organizem grupos de uns 10-15 insurgentes⁶³ que são dirigidos por um chefe de baixa graduação. Quando suas ações são realizadas perto dos limites do terreno que dominam⁶⁴, a ISAF ou as ANA começam a empregar-se até grupos de cerca de 50 pessoas que são comandadas por um chefe de meia graduação, dispondo dos elementos de comando e controle necessários (Kiszely, 2006 pp. 18-21).

4) As tarefas de reconhecimento e vigilância sobre as Forças da ISAF ou da ANA são realizadas de forma ótima, o que lhes permite saber com suficiente antecipação o número, as características e a direção de movimento das Forças, e desta forma conhecer os seus prováveis destinos ou possíveis missões. Para evitar serem detectados por meios aéreos, os insurgentes utilizam sistematicamente como itinerários os canais de irrigação cheios de água e as plantações. Da mesma forma, para dificultar o trabalho das câmaras térmicas ou elementos infravermelhos, os insurgentes realizam pequenas fogueiras espalhadas no terreno onde se dispõem, como forma de prejudicar a busca de elementos que sejam emissores de fontes de calor (Kilcullen, 2007). Apesar da falta de dispositivos de visão noturna, os insurgentes são capazes de realizar ações em condições de baixa visibilidade, para isso situam sentinelas ao longo das áreas que controlam as Forças da ISAF, por meio dos seus trabalhos de vigilância e protegidos pela pouca visibilidade da noite é quando colocam os Artefatos Explosivos Improvisados (IED), diminuindo assim as possibilidades de serem detectados pelas Forças da ISAF (PD3.301, 2008).

Ações terroristas (ações ofensivas)

Como são conhecedores à perfeição das ROE das Forças da coligação, sabem que quando vão ser identificados devem-se desfazer do armamento que levam, mesmo que não possam escondê-lo ou isto se realize em zonas abertas e a luz do dia. Este conhecimento permite-lhes avaliar quanto tempo demorarão os meios aéreos em agir, assim como o tempo máximo que estes meios podem atuar (Metz, 2007).

A insurgência é capaz de se adaptar às TTP da ISAF com grande rapidez, o que permite observá-la sempre que possível, daí que as rotinas ou ações negligentes sejam investigadas assim que sejam observadas (PD3.301, 2008).

A surpresa também é muito explorada pelos insurgentes, tal é assim que no Afeganistão qualquer Força deve estar consciente de que é um potencial objetivo, que o ataque pode vir a qualquer momento e em qualquer direção. Da mesma forma, os insurgentes empregam medidas de decepção⁶⁵, pelo que é necessário sempre ter inteligência básica atualizada (NATO Defense College, 2009).

⁶¹ Os diferentes líderes tribais para garantir a continuidade dos laços entre as tribos, normalmente elegeem os combatentes substitutos dentro da mesma família ou da mesma tribo. Para os insurgentes que atuam em uma determinada área, as pessoas que vêm de outra região são vistas como um reforço, contribuindo com novos conhecimentos, sobretudo no que diz respeito aos IED. No entanto, pode-se desenvolver sobre eles, um sentimento de desconfiança devido às lealdades aos chefes das distintas tribos e outras afiliações (Sepp, 2005).

⁶² Estes lutadores tendem a agir no TO somente nas épocas de combate, isto é, assim que as madrassas fecham em Paquistão, principalmente no verão (Sepp, 2005).

⁶³ São conhecidos como *Delghai*.

⁶⁴ Borda Anterior da Área Principal de Defesa seguem doutrina espanhola.

⁶⁵ A título de exemplo em quanto às formas de ocultação das armas, as Informações devem incidir sobre se os insurgentes realizam patrulhas com armas escondidas, ou se as escondem perto de suas posições de tiro, em plantações, em sistemas de irrigação (*Kharez*) ou se, eventualmente, utilizam habitações da população para esconder as armas ou qualquer outro meio a disponibilizar num atentado.



A infiltração (direta e indiretamente) de insurgentes entre as recrutas da ANA faz com que o ideário jihadista possa ser difundido com facilidade e que desta forma as deserções facilitem o fornecimento de armas, munições e Informações aos insurgentes, daí que o alistamento de insurgentes nas ANA também pode resultar em ataques internos contra as próprias Forças⁶⁶, sendo outra TTP insurgente (Metz, 2007).

A população local é empregada assiduamente pela insurgência, tal é que o emprego de crianças e idosos para difundir informação falsa à ISAF é uma técnica empregada continuamente, para tal, deverá procurar-se comparar a informação com os canais de Informações estabelecidos, antes de considerá-la certa. Do mesmo modo, os combatentes empregam as crianças para aproveitar as ROE em seu benefício⁶⁷, também empregam às mulheres, crianças ou idosos como sentinelas ou observadores para dar aviso prévio sobre a presença de patrulhas da ISAF. O emprego das habitações como posto de tiro contra as Forças da ISAF é comum, que do mesmo modo estão a lucrar-se das ROE, já que se garante o não ataque contra a habitação para não provocar mortes de civis (Metz, 2007).

Os atentados contra os movimentos das viaturas são muitas vezes realizados através da utilização dos IED nas suas diferentes versões e configurações⁶⁸. A transferência do *Vehicle Borne Improvised Explosive Device* já montado, ou a ajuda com viaturas contendo IED, são normalmente realizadas com mulheres e crianças para prevenir possíveis capturas ou buscas por parte das Forças (PD3.301, 2008).

Nas emboscadas, as posições que dão cobertura dentro da Zona de Morte são impossibilitadas através de um *Victim Operated Improvised Explosive Device* (VOIED). Além do VOIED, os insurgentes utilizam armas leves para conseguir desviar as Forças da ISAF ou da ANA para fora das áreas seguras e onde já podem ter instalado IED (NATO Defense College, 2009).

Os ataques em forma de emboscada em "L"⁶⁹ são uma das TTP mais comuns realizadas pela insurgência, este tipo de ataques são efetuados em áreas abertas que facilitam a distribuição das forças para a realização da ação. O tempo aproximado de execução de fogo nesta emboscada é de uns 4 minutos (NATO Defense College, 2009).

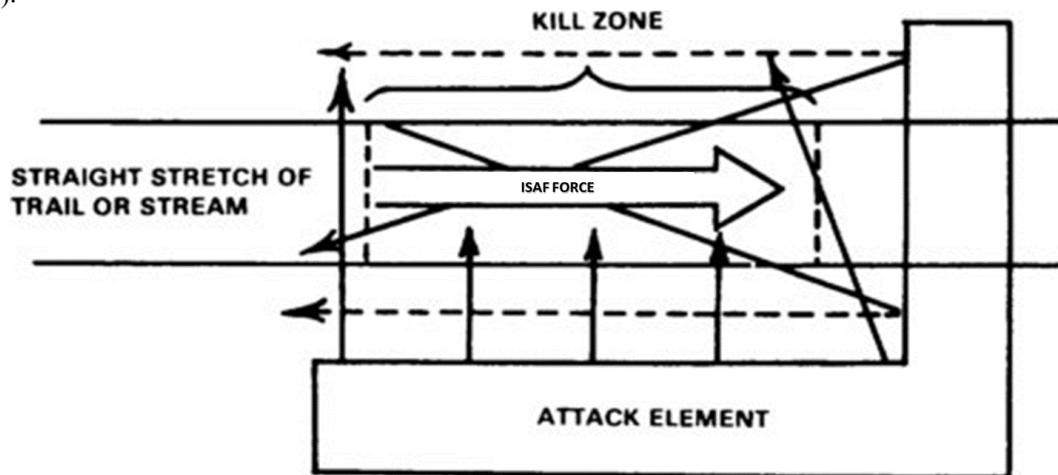


Figura 10 - Esquema de emboscada em L

Fonte: Adaptado a partir de <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/90-8/Appc.htm>

Nas emboscadas de tipo linear pode-se efetuar o fogo por um flanco ou pelos dois, apesar da possibilidade de fogo fratricida entre os combatentes insurgentes, de facto, os combatentes costumam situar-se entre os soldados da ISAF ou das ANA, o que permite limitar sua capacidade de apoios de fogo seja direta ou indiretamente. Da mesma forma, os insurgentes tentam flanquear as posições estáticas das Forças da ISAF e ANA, quando entram em contato o que supõe uma ameaça constante (PD3.301, 2008).

⁶⁶ O que é conhecido na terminologia NATO como incidente *Green-on-Blue*.

⁶⁷ Verificou-se que, enquanto os insurgentes instalam os IED, foram observados com crianças à sua volta e, após um ataque, entregaram-lhes o armamento para que as crianças o escondessem. Por outro lado, a retirada forçada de civis de uma determinada zona pode indicar que a insurgência se prepara para lançar um ataque contra as Forças da ISAF ou da ANA.

⁶⁸ Seguem el Método de iniciação de la carga filho principal são: *Command Pull improvised Explosive Device*, *Command Wire improvised Explosive Device*, *Suicidal Improvised Explosive Device*, *Radio Controlled improvised Explosive Device* e VOIED.

⁶⁹ É uma variação de uma emboscada linear. Uma em "L" é a mesma coisa, mas atacando ao mesmo tempo a frente e no lado da linha inimiga, com o fim de que o inimigo se distraia com o ataque frontal, ataca-se por um lateral ficando assim mais exposto aos efeitos da ação.

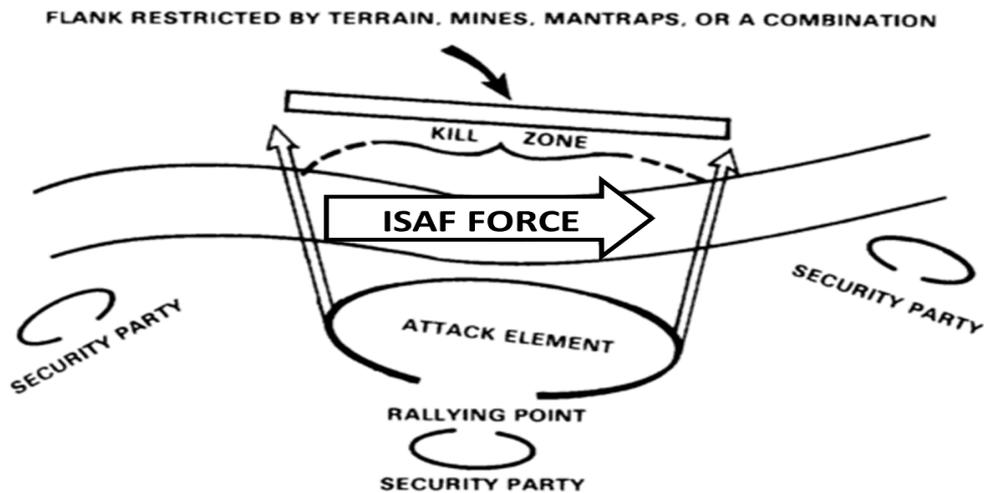


Figura 11 - Esquema de emboscada linear

Fonte: Adaptado a partir de <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/90-8/Appc.htm>

Outra TTP empregada em suas ações é o uso de restos de tecido ou pilhas de pedras para fazer de marcadores⁷⁰, e assim marcar a extensão da área onde realizar a emboscada (Cohen et al., 2006).

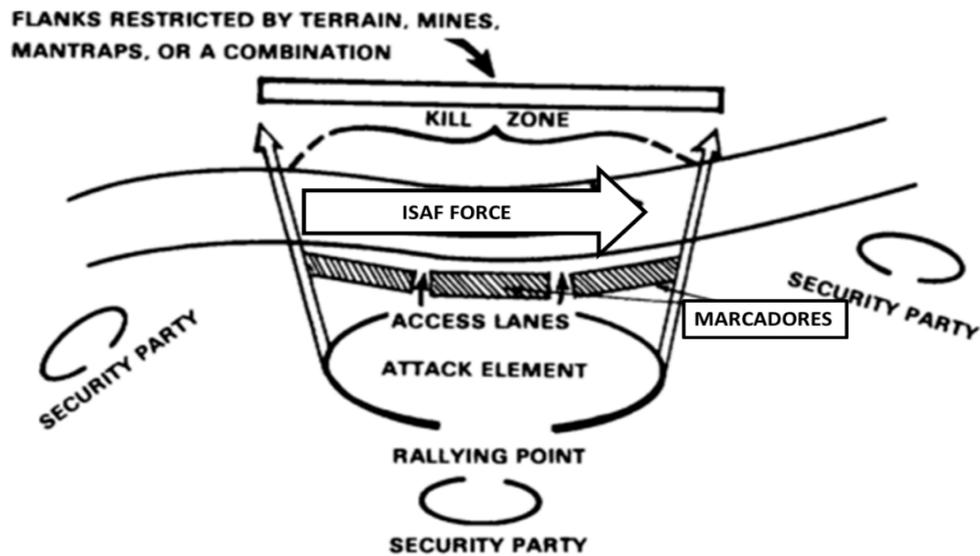


Figura 12 - Esquema de emboscada linear com marcadores

Fonte: Adaptado a partir de <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/90-8/Appc.htm>

Além disso, outra prática utilizada para atrair as Forças da ISAF é através de uma explosão sem origem conhecida ou explicação lógica, ou para causar danos importantes em um itinerário de forma que a passagem deva ser canalizada por outras zonas que tenham sido minadas previamente (PD3.301, 2008).

Por norma geral, nas suas ações terroristas os insurgentes não dispõem de mais grupos em reserva com os quais possam lidar com a reação das Forças da coligação (NATO Defense College, 2009).

Ações defensivas

Os insurgentes conseguem fazer sistemas de trincheiras bem camuflados, para isso, os insurgentes evitam sua detecção utilizando os canais de irrigação, com trincheiras e bunkers que eles desenvolveram anteriormente, bem como em plantações densas e arborizadas (Kilcullen, 2006).

⁷⁰ No setor nordeste, os combatentes utilizavam telas para marcar as posições individuais, assim em tecido de cor verde se marcavam as posições de cada combatente e em tecido de cores verde e preto se marcava a posição a ocupar pelo Comandante do grupo (NATO Defense College, 2009).



Apêndice J — Informações desdobrável das Forças Armadas espanholas

As autoridades responsáveis pela DN de Espanha, já seja a nível político ou militar⁷¹, têm necessidades de informação que deve ser disponibilizadas com a oportunidade e precisão adequadas. Para dispor das Informações necessárias muitas vezes é indispensável deslocar-se aos lugares onde seja possível obter estas Informações que respondam às necessidades.

Isto é especialmente necessário quando as FFAA estão envolvidas em Operações militares, ocasião que requer uma estreita ligação entre todos os escalões do Sistema de Informações das Forças Armadas (SIFAS) e a FMD. No caso de Operações multinacionais, como as OMP, há também a necessidade adicional de estabelecer uma ligação permanente entre o SIFAS e o Comando da Força coligada com o objetivo de permitir uma troca de Informações entre ambos.

Espanha tem implantado elementos nacionais de Informações em quase todas as Operações em que participou. Há anos, a NATO impulsionou a implantação de NIC⁷² em apoio aos Quartéis-gerais Multinacionais.

Outras OI, como a UE e, com certas peculiaridades, a ONU, exigiram, em apoio às suas Operações militares, deste tipo de elementos de ligação e suporte. Os NIC são implantados para servir como ligação de Informações e intercâmbio de produtos provenientes dos sistemas de Informações das nações parceiras com a Operação correspondente. Além disso, representam um instrumento válido para que as autoridades militares alcancem uma compreensão rápida e clara da situação operacional e facilitam apoio ao acompanhamento da Operação.

ELEMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DESDOBRÁVEL

A mudança da situação de segurança nos potenciais cenários de deslocamento das FF.AA espanholas, requer dispor de uns elementos de Informações militares destacados que possam desempenhar funções mais abrangentes do que as habitualmente desenvolvidas pelas NIC, e, em cenários mais complexos ou voláteis para a realização de ações pontuais ou outras com uma certa permanência no tempo, com presença ou não de Forças espanholas deslocadas.

É por isso que através da Instrução do CEMD 9/2015, é criada a figura do ENID.

O ENID é uma equipa de composição e estrutura variável, adaptado aos diversos aspetos operacionais e as necessidades de Informações em cada situação. Sua missão genérica é ser o interlocutor válido do CEMD em questões de Informações militares junto de outros serviços ou estruturas nacionais ou multinacionais na área em que se deslocam.

O conceito ENID, inclui os três tipos de Elemento Nacional de Informações estabelecidas na regulação da NATO:

Oficial de Ligação Nacional de Informações (NILO⁷³);

Célula Nacional de Informações (NIC);

Equipa Nacional de Apoio em Informações (NIST⁷⁴). Neste caso, teria funções de apoio de Informações ao Comando de Operações e a FMD.

Cada ENID terá um único Chefe, geralmente um Oficial do Centro de Informações das FFAA espanholas (CIFAS), e dispõe, na maioria dos casos, de uma capacidade básica de elaboração, mas exercerá o seu esforço principal na obtenção/troca de Informações. Será apoiado diretamente pelo CIFAS para a análise das Informações, normalmente desde TN.

O *status* da ENID será o mesmo que o da FMD se estiver no âmbito de uma Operação.

O ENID será sempre mantido sob a autoridade nacional. Além disso, estabelecerá uma relação fluida, com os elementos de Informações do Centro Nacional de Informações (CNI), deslocados no TO que sejam determinados para o efeito.

⁷¹ O presente Apêndice é um resumo da análise da instrução 9/2015, não podendo reproduzir-se por completo ao ter a classificação de difusão limitada.

⁷² *National Intelligence Cell.*

⁷³ *National Intelligence Liason Officer.*

⁷⁴ *National Intelligence Support Team.*



Apêndice K — Formação e treino da GC prévio ao deslocamento

O CAE da GC é o local escolhido para formar o pessoal selecionado para participar nas OMP, ou em outras missões internacionais de gestão de crises. O período de formação que os membros da GC recebem durante esta fase tem uma duração de duas semanas e meia. Na primeira semana dão-se aulas teórico-práticas sobre conhecimento do TO, gestão do *stress* e formação operacional, no resto do tempo a formação é ministrada num curso específico sobre procedimentos táticos de saúde (CAE, 2017).

CONHECIMENTO DO TO.

Esta parte da formação abrange vários aspetos de interesse que são ministrados por pessoal docente do CAE e por pessoal da SECI da GC:

- Formação sobre o OI que dirige a OMP (NATO, ONU, UE, etc.), tempo que leva a missão enviada sobre o cenário, estrutura de comando, países e unidades que compõem a missão.
- História, cultura, costumes, e situação do país.
- Realidade religiosa do país, ou seja, que ramo de Islão é maioritária (sunita ou xiita), que outras minorias religiosas existem no território.
- Zonas onde a insurgência atua, controla ou onde não tem apoio. acostuma-se a incluir um mapa onde se cometem principalmente os atentados ou ataques da insurgência.

FORMAÇÃO PERANTE SITUAÇÕES DE STRESS.

Antes de proceder ao destacamento no TO, são imprescindíveis as sessões teórico-práticas que são ministradas por pessoal do Serviço de Psicologia da GC, nas quais são dadas as orientações fundamentais para gerir o *stress* em cenários hostis, e como resolver conflitos interpessoais com os companheiros de missão, devido aos longos períodos de tempo fora de casa e a própria situação de *stress* envolvida. Sendo as características de esta formação e treino:

INSTRUÇÃO OPERACIONAL.

No CAE, a metodologia de trabalho ministrada para o ensino das TTP da insurgência *jihadista*, que provou ser efetiva, foi aquela baseada no modelo Teórica – Oficina – Cenário. Onde na clássica pedagogia de treinamento introduzem-se simulações realistas para a colocação em situação, com monitoração imediata de resultados durante os juízos críticos, todos eles baseados ou desenvolvidos a partir de incidentes reais ou de muita alta probabilidade de ocorrência segundo o TO e históricos de incidências (Rehecho & Roper, 2016). Os exercícios de instrução ministrados fazem parte do *Hostile Environment Security Training* e são os seguintes:

- Segurança e autoproteção. Proteção em deslocamentos: circulação em comboio, escolta de comboio e reação perante atentado ou ação terrorista.
- Tiro: normas de segurança no manejo de armas de fogo, com as práticas oportunas. Além disso, realizam-se exercícios de tiro de precisão, instintivo, noturno, dos veículos, em cenários urbanos e com presença de pessoal civil simulado.
- Proteção de pessoas: nesta parte estudam-se dispositivos de espera e chegada, avanço, reconhecimento de itinerários, proteções estáticas, e deslocamentos em veículos.
- Incidentes táticos de reação imediata: são casos práticos baseados em situações reais, que analisam a capacidade de aprendizagem dos conhecimentos adquiridos previamente. Versam sobre IED, minas, armadilhas explosivas e ameaças de bomba. Métodos de sinalização e deteção.
- Ataque por insurgentes mediante infiltração nas próprias FFSS ou FFAA e polícia do país anfitrião (*Green-on-Blue*).

PROCEDIMENTOS TÁCTICOS DE SAÚDE.

Os conflitos no Afeganistão e no Iraque sensibilizaram as FM que participaram nestes conflitos da importância da primeira assistência de urgência que recebem os feridos em combate, imediatamente após um ataque da insurgência, ou por IED. O alto número de baixas em combate, com resultado de morte, por feridas que não eram causa de morte se foram tratadas corretamente desde o campo de batalha, fez com que se conscientizem países como os EUA e seus aliados da NATO, da importância da formação na Assistência Tática de Feridos em Combate ou *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC⁷⁵) (Gayoso Rey, 2014).

⁷⁵ Tem origem numa *Standardization Agreement* (STANAG 2122) que foi implementada pelo CEMD para a formação do pessoal militar, e autorizada pelo Comando de Operações da GC para a ser ministrada no CAE da GC. Esta formação TCCC é apoiada pela prestigiada comunidade americana da *National Association of Emergency Medical Technicians* e pelo *American College of Surgeons*, entidades que trabalham e assessoram na formação tática sanitária com a Área de Medicina Tática do Departamento de Defesa dos EUA.



Esta formação consiste numa série de técnicas e princípios destinados a proporcionar apoio básico e avançado em situações de combate, por parte do próprio combatente e na ausência de pessoal médico ou enfermeiros, a fim de tratar o trauma em combate, evitar novas baixas e realizar o cumprimento da missão. Para Gerhardt, Mabry, De Lorenzo & Butler (2014) é dividida em:

- Plano de manejo básico para Cuidados sob Fogo Inimigo (*Care Under Fire*). Este plano consiste em devolver o fogo e em cobrir-se; indicar ou contar com que o ferido continue envolvido no combate, se for caso disso; indicar ao ferido que se ponha a coberto e se aplique ele mesmo o tratamento; evitar que o ferido sofra lesões adicionais; resgatar os feridos de veículos ou edifícios em chamas e transferi-los para locais relativamente seguros; parar as hemorragias de risco vital se for taticamente possível.
- Plano de manejo básico para o Cuidado Tático no Campo de Batalha (*Tactical Field Care*). Este plano consiste em desarmar imediatamente qualquer ferido que tenha alterado o nível de consciência; manejo da via aérea; controlar a respiração do ferido para controlar um possível pneumotórax; circulação mediante controle de hemorragias; acesso intravenoso; reanimação com fluidos; prevenção da hipotermia; trauma penetrante no olho; monitoramento; inspecionar e cobrir as feridas; avaliação de feridas adicionais; uso de analgésicos; imobilizar fraturas e reavaliar pulsos; uso de antibióticos; avaliar queimaduras; comunicação com o ferido se possível; reanimação cardiopulmonar; e finalmente, levar documentado com ferido todo o tratamento realizado.
- Plano de manejo básico para o Cuidado durante a Evacuação Tática (*Tactical Evacuation Care*). As partes deste plano são o manejo da via aérea do ferido; o controle da respiração; avaliar a circulação (hemorragias, torniquetes, etc); acesso intravenoso; lesão cerebral traumática; reanimação com fluidos; prevenção da hipotermia; trauma penetrante no olho; monitoramento; inspecionar e cobrir as feridas conhecidas se ainda não foi feito; avaliação de feridas adicionais; utilização de analgesia; reavaliação de fraturas e verificação de pulsos; utilização de antibióticos; verificação de queimaduras; reanimação cardiovascular na evacuação médica; e finalmente levar com o ferido a documentação do tratamento realizado.

PERÍODO DE TREINO ESPECÍFICO COM AS FFAA.

Durante este período, que normalmente varia em duração se a unidade da GC se integra em unidades do Exército ou da Força Aérea, desenvolvem-se umas jornadas de preparação para o deslocamento de caráter teórico-prático. Nas mesmas são ministradas atividades formativas genéricas para todo o contingente e específicas para cada uma das Unidades atendendo a sua missão e peculiaridades, considerando-se com o “transvase de conhecimento” do pessoal com experiência prévia na missão.

O programa de treinamento da GC inclui o conhecimento geral do TO, conhecimento geral do conflito, conhecimento da missão (marco legal e operacional e do propósito do Comando), conhecimento da estrutura de Comando: ISAF, RS, Eurogendfor, Nacional..., assim como diversos exercícios de tiro com armas individuais, e também (Mancebo Hidalgo, 2016):

- FP: práticas de condução *off-road*, treinamento em Operações de execução de comboios. Conhecimento da ameaça IED e aplicação de medidas passivas e ativas. Atuação perante IED. Reações a perseguições e emboscadas, contínuas e móveis. Tiro em movimento de veículo, condução *off-road* sob fogo inimigo.
 - Operar o material específico da unidade.
 - TTP comuns.
 - Trabalho com os intérpretes.
 - Relatórios.
- Preparação específica dos mentores: conceito de POMLT, missão particular no OPLAN, estrutura de Comando e Controle, validação de POMLT, atividades: monitorização, treinamento e formação POMLT em TO.
 - TTPs específicos de POMLT: inspeção, monitorização e avaliação de *check points*. Aulas de formação. Inspeção de Comissárias de Polícia. Patrulhas a pé. Proteção e escolta de personalidades.
- Preparação específica para equipas de Instrutores da Polícia:
 - Conceito de Equipa de Instrutores das Polícias do Estado a estabilizar.
 - Missão particular no OPLAN.
 - Estrutura de Comando e Controle.
- Preparação específica para o Provost Marshall e Unidades de PM:
 - Conceito de *Provost Marshall* e PM.
 - Missão particular no OPLAN.
 - Estrutura de Comando e Controle.

Finalmente, antes do início da missão, realiza-se um reconhecimento do TO, junto com pessoal das FFAA, com a finalidade de conhecer em primeira mão os detalhes da missão a desenvolver.